

Trabalho de Projecto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História de Arte Medieval realizado sob a orientação científica de Dr. José Custódio Vieira da Silva e Dra. Margarida Tavares da Conceição.

Agradecimentos

Antes de mais, agradeço o acompanhamento dado pelo orientador do trabalho de projeto, o Dr. José Custódio Vieira da Silva, pela sua disponibilidade e partilha de conhecimentos, bem como à co-orientadora, Dra. Margarida Tavares da Conceição, pela forma como suscitou o meu interesse pela arquitetura militar.

Uma palavra de apreço para os colaboradores das diferentes bibliotecas por onde passei, nomeadamente o Sr. Nuno Alexandre, funcionário da Biblioteca de Alcácer do Sal; aos funcionários do Castelo de Palmela, nomeadamente ao Dr. António Lopes e à Sra. Carla Lorena; e à minha amiga Sara Horta, pela sua disponibilidade na ajuda de recolha de informação.

Por último, o meu agradecimento a todos os meus familiares e amigos, que apesar das contrariedades, me incentivaram a prosseguir e a levar a bom porto este trabalho.

Trabalho - Projeto

Contribuição para uma Rota da Ordem Militar de Santiago de Espada,
em Portugal – As Sedes

Joana Cristina Cristóvão Messias

PALAVRAS-CHAVE: Santiago, Ordem Militar, Arquitetura Militar

A importância da Ordem Militar de Santiago de Espada verifica-se pela recompensa obtida, após o fim do processo de reconquista, quando as suas comendas ocuparam grande parte do Baixo Alentejo. A sua influência prolongou-se até meados do século XVI.

KEYWORDS: Saint James, Religious Order, Military architecture

The importance of the Order of Santiago de Espada was the result of its work during the process of the Christian reconquest. The order was responsible for all the Baixo Alentejo area, and its influence persisted until the middle of the 16th century

ÍNDICE

1. Introdução	1
2. Contexto Histórico.....	2
Reconquista Cristã – Desenvolvimentos territoriais	2
3. Fundação de Portuscale	3
4. Movimento Cruzadístico	5
Iniciativas religioso-militares	5
5. Ordem de Santiago de Espada.....	9
Fundação da Ordem – Espanha	9
Santiaguistas em Portugal.....	10
6. Evolução das estruturas militares	14
7. Roteiro	19
As sedes da Ordem de Santiago de Espada	19
8. Alcácer do Sal.....	21
De Beuipo a Al-Qasr	21
Castelo de Al-Qasr.....	28
Igreja de santa maria dos Mártires.....	30
9. Santiago do Cacém	34
Castelo de Santiago do Cacém	36
Igreja Matriz de Santiago do Cacém	39
O Alto-Relevo de Santiago Combatendo os Mouros	39
10. Mértola.....	43
Castelo de Mértola.....	45
Igreja Matriz	47
11. Palmela.....	51
Castelo de Palmela.....	54
Igreja de Santiago	57
O mestrado de D. Jorge	59
12. Setúbal.....	60
13. Iconografia Jacobita	63
14. Conclusão.....	77
Bibliografia.....	78

1. Introdução

O presente trabalho é um breve estudo sobre a Ordem de Santiago de Espada em Portugal, durante o período medieval, com destaque para as estruturas militares onde a sua sede esteve instalada.

De um passeio ocasional pela região alentejana, constata -se a existência de vestígios referentes ao período do domínio da Ordem. Os vestígios encontrados são muitas vezes ténues, verificando-se no nome de aldeias, em símbolos cravados em edifícios ou em ruínas de antigos castelos. Muitas vezes a associação à acção da ordem não foi imediata, exigindo uma pesquisa mais elaborada dos sítios. Contudo, é interessante de verificar que o desenvolvimento das vilas, integradas nas comendas, dependeu dos avanços e recuos do movimento da Reconquista, numa fase inicial, e posteriormente, da acção directa da Ordem.

O roteiro traçado foi o resultado dessa percepção dos vestígios comuns, difusos, espalhados pelas planícies alentejanas (que se prolongaram até terras algarvias, porém o âmbito do trabalho fica-se pelo Alentejo), procurando entender o progressivo desenvolvimento da ordem. Ao mesmo tempo, foi feita uma análise da evolução da arquitetura militar medieval. Como ponto de partida, e tendo em conta a semelhança entre as estruturas, coloca-se a seguinte questão: teria a ordem militar desenvolvido uma técnica, que permitia dotar as estruturas defensivas de características próprias e capazes de as distinguir das demais, como sendo pertencentes aos espatários?

Contudo, o estudo desenvolvido pretendeu englobar não só o período medieval, mas procurar as raízes dos locais, de forma a explicar até que ponto a influência da ordem foi, sobremaneira, fulcral (em alguns casos) para o crescimento das vilas e castelos espatários. A abordagem desenvolvida parte duma lógica cronológica, que permita ao visitante entender, cronologicamente, a história do país associada à história da ordem.

Assim, o roteiro desenvolve-se a partir do momento em que a sede é estabelecida em Alcácer do Sal, mudando-se para Mértola (passando temporariamente, e para muitos historiadores, officiosamente, antes por Palmela) e, por último, estabeleceu-se no castelo de Palmela. Num momento mais adiantado, e tendo em conta o estabelecimento definitivo no último local mencionado, destaca-se a acção da ordem

como mecenas, na procura de manutenção do seu legado artístico. Como tal, mais do que as peças que fazem parte do acervo da ordem e que chegaram até aos nossos dias, procede-se à análise da iconografia adjacente aos espatários, e aos locais por eles ocupados, terminando, por isso, o roteiro com uma visita ao Museu Nacional de Arte Antiga.

2. Contexto Histórico

Reconquista Cristã – Desenvolvimentos territoriais

O processo de reconquista cristã, definido por José Mattoso como o “nome que geralmente se dá à recuperação do território hispânico depois da invasão muçulmana, desde a revolta de Pelágio até à conquista de Granada. (...) “ e que permite “ explicar a formação dos diversos reinos medievais da Península e as características sociais, económicas e culturais das grandes regiões da Espanha, incorporadas nos reinos cristãos em circunstâncias especiais e variáveis para cada caso”¹, iniciou-se em 722, nas Astúrias com a vitória de Pelágio, na Batalha de Covadonga.

Durante o reinado de D. Afonso I das Astúrias (693 – 757) são levadas a cabo ações militares que chegam até ao rio Douro, por volta de 742. No final do século IX, com D. Afonso III (848-910) é atingida a linha do Mondego, e a capital do reino transfere-se para Leão. Nas crónicas deste rei é defendida a relação de parentesco existente entre o reino das Astúrias e o reino Visigótico.

O vasto território do entre Douro e Mondego manteve-se sob o domínio cristão durante mais de um século (878 – 987)², contudo a situação alterou-se com a contra-ofensiva moura levada a cabo por Al-Mansur. Responsável pela reorganização do exército, este conseguiu recuperar importantes territórios a noroeste da Península Ibérica, recuando a linha da Reconquista até ao vale do Douro.

O enfraquecimento das forças islâmicas só aconteceria no século XI, com a alteração das suas unidades administrativas (sistema de taifas), que favoreceu o enriquecimento de diferentes dinastias, segregando o poderio muçulmano.

Aproveitando o abrandar das investidas inimigas, o filho de D. Afonso V (994-1028), Fernando I organiza estratégias de reconquista do território a sul da linha do

¹ MATTOSO, José (dir. Joel Serrão) - Reconquista in *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Editora, Ano. Pág. 544

² BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.); *Nova História Militar de Portugal*. Círculo de Leitores, Lisboa, 5 Vol., 2003-2004. P.26

Douro, materializando-se o sucesso da sua empresa com a entrada em Coimbra das forças cristãs, no ano de 1064.

Ao mesmo tempo, importa realçar, a crescente importância de uma nobreza condal, que habitava o Douro Litoral, capaz de acções militares vitais para a devolução do Vale do Mondego às forças cristãs, contribuindo para a conquista de Fernando Magno de Leão. As decisões tomadas por este último revelaram a importância da manutenção e fixação das terras recém-reconquistadas, servindo para o efeito a outorga de forais e o apoio ao desenvolvimento da *cavalaria-vilã*.

Com a morte de Fernando de Leão e Castela, em 1065, o reino foi repartido pelos seus três filhos (D. Afonso VI (1039-1109) recebeu Leão, D. Sancho II(1040-1072) obteve Castela e a D. Garcia II(1040-1090) coube a Galiza), e após vários conflitos, destacou-se a figura de D. Afonso VI.

O novo monarca reiniciou as expedições para sul do Mondego, conseguindo mover a linha de fronteira para o vale do Tejo, em 1086. No entanto, as forças cristãs sofrem um novo revés com a investida da dinastia Almorávida. É neste contexto que, e a anteceder o movimento das cruzadas, chegam à Península Ibérica contingentes de tropas francesas para auxiliar na defesa do território.

Dos nobres que acorrem ao território hispânico destaca-se Raimundo – Conde de Amous -, 4º filho de Guilherme I, Conde de Borgonha, para casar com Urraca, filha legítima de D. Afonso VI. A Raimundo foi oferecida a tenência da Galiza, e posteriormente, o governo de *Portuscale*, entre o Minho e Coimbra. De acordo com a *História de Portugal* de A. H. de Oliveira Marques, este território seria vasto demais para um só governador, como tal o rei leonês decide entregar o governo de *Portuscale* a Henrique, casado com Teresa, sua filha ilegítima, reconhecendo as capacidades militares do Conde D. Henrique através desta doação.

Com a morte de D. Afonso VI, sucede-lhe D. Afonso VII (1105 – 1157), que imporia a autoridade castelhana-leonesa a todos os soberanos da Espanha, pela utilização do título de imperador, tornando qualquer *rex ou duc* seu vassalo. Na sequência deste modelo político adoptado, *Portuscale* tornar-se-ia independente, anos mais tarde.

3. Fundação de Portuscale

O Conde D. Henrique procurou organizar os seus territórios incumbindo importantes senhores portugalenses do desempenho de funções político-administrativas, como estratégia de fidelização, não descurando a relação de vassalagem que detinha para com D. Afonso VI. No entanto, várias questões surgiram no que dizia respeito à organização eclesiástica.

O Condado Portucalense evoluía, e o mesmo acontecia com o grande centro de poder eclesiástico, Braga, que passou a concorrer com Santiago de Compostela, no que concerne à tutela dos novos territórios conquistados. Numa primeira fase, o Papa Pascoal II intercedeu a favor do Arcebispo de Braga, que recebeu as antigas dioceses pertencentes à província romana da Galécia. Contudo, tendo o território sido politicamente dividido entre Galiza e Portugal, e crescendo a arquidiocese de Santiago de Compostela, Braga deixou de ter autoridade sobre as dioceses galegas. Na segunda fase deste processo e acompanhando o movimento descendente da reconquista, o arcebispo de Compostela interveio junto de Roma, que acaba por lhe conceder autoridade sobre as dioceses da antiga Lusitânia, significando isto um revés nas primeiras negociações encetadas por Braga com o Papado.

Entretanto, em 1127, D. Teresa é coagida militarmente a obedecer a D. Afonso VII de Leão e Castela, devido ao contrato outrora estabelecido entre este rei e o Conde D. Henrique. D. Afonso Henriques promete honrar o compromisso feudal com D. Afonso VII e opõe-se ao governo de D. Teresa, que é confrontada, em 1128, desta vez pelo filho. Como resultado do conflito armado, D. Teresa acabaria por exilar -se na Galiza.

D. Afonso Henriques pretendeu estabelecer uma política autónoma relativamente a D. Afonso VII, enveredando por um caminho, várias vezes, de oposição face à política praticada pelo seu primo. Contudo, de acordo com as pretensões políticas leoneso-castelhanas, o rei necessitava da manutenção das relações vassálicas com outros governadores, para poder pôr em prática o uso do título de Imperador. Assim sendo, esta pretensão não colidia com os ideais políticos de D. Afonso Henriques, que aspirava à obtenção do título de *rex*.

Embora este fato tivesse sido determinante para a fundação da nacionalidade, outra relação se afigurou vital para a aprovação das intenções de D. Afonso Henriques: a estabelecida com o Papado. D. Afonso Henriques dirigiu -se ao Papa proclamando-se

seu vassalo e prometendo o pagamento de um tributo, porém a resposta obtida foi negativa, visto o Papa considerar “ não estar na política de Roma, em Espanha, de apoiar tentativas de separação, mas antes promover a união política sob uma chefia suprema, que pudesse facilitar a luta contra o Islam.”³.

Depois de nova tentativa junto da Santa Sé, anos mais tarde, em 1179, através da bula *Manifestis Probatum*, o papa Alexandre III reconheceu a independência de Portugal.

4. Movimento Cruzadístico

Iniciativas religioso-militares

As peregrinações aos lugares santos, comuns durante toda a Idade Média foram ganhando adeptos à medida que a Europa se desenvolvia económica e socialmente, permitindo uma maior mobilidade das populações e, por sua vez, da propagação dos ideais cristãos. As motivações religiosas impeliam à deslocação dos peregrinos, quer fosse pelo cumprimento de uma promessa, de uma condenação ou como forma de estar em contacto com o divino. Assim, por todo o mundo evangelizado a “ peregrinação é a passagem do Homem pela Terra cumprindo o seu tempo de provas para, no momento da morte, aceder à Terra Prometida, ao Paraíso perdido.”⁴.

As deslocações religiosas iniciais revestiram-se de uma vertente pacífica, numa tentativa de reconciliação entre o indivíduo e o divino.

Contudo, uma outra forma de propagação das ideias cristãs se difundiu pela Europa, esta militarizada, tendo a sua fase embrionária sido no norte da Península Ibérica, com o combate aos inimigos da fé cristã - mouros.

Paralelamente ao que acontecia na Península Ibérica, a destruição do Santo Sepulcro ordenada pelo califa Al-Hakim terá sido o acontecimento generalizador dos movimentos armados difundidos por toda a Europa Cristã.

³ MARQUES, A.H. de Oliveira – O Norte Cristão in *História de Portugal*, Lisboa: Palas Editores, 1978. Vol. I, pág. 66-67

⁴ GIL, Carlos, RODRIGUES, João – *Por Caminhos de Santiago-Itinerários Portugueses para Compostela*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997. Pág.12

As Cruzadas podem definir-se como “Peregrinações armadas que a Europa Cristã organizou entre os séculos XI e XIII, para combater os Turcos no Próximo Oriente, em apoio ao Império de Bizâncio. (...)”⁵

Neste contexto, em 1074, o papa Gregório VII convoca os *Milites Christi* para combater os Turcos, que ameaçavam apoderar-se do território bizantino. Mais tarde, em 1095, o papa Urbano II promove uma campanha militar, com o intuito de restituir Jerusalém ao poder Cristão, tendo sido esta a Primeira Cruzada (1096-1099). Ficou também conhecida por *Cruzada dos Pobres*, visto ter tido a participação de indivíduos de diferentes origens e proveniências sociais. O principal objetivo desta cruzada foi alcançado, com a tomada de Jerusalém, pese embora a precária situação da cidade.

A Segunda Cruzada promulgada por Bernardo de Claraval, em 1147, iniciou-se após a tomada pelos muçulmanos do Condado de Edessa. Teve como líderes participantes Luís VII, rei de França e Conrado III, do Império Germânico. Porém, a expedição não foi bem-sucedida, tendo sido detida em Damasco.

A Terceira Cruzada decorreu após a reconquista de Jerusalém por Saladino, foi incentivada pelo papa Gregório VIII, e teve a participação de proeminentes líderes europeus, como Filipe II, de França, Ricardo I, de Inglaterra e Frederico I Barbarossa, do Sacro Império Romano-Germânico.

A Quarta Cruzada divulgada em 1204, foi a que mais contribuiu para influenciar o panorama da Cristandade, aprofundando a crise existente entre o Papado e a Igreja do Oriente. Esta cruzada terminou com o saque de Constantinopla, cujos despojos foram divididos entre a República de Veneza e os Cruzados.

A Quinta Cruzada, promulgada pelo papa Inocêncio III, foi a última Cruzada apoiada pelo poder papal. Os Cruzados chegaram até ao Egito, conquistando a cidade de Damietta, abandonada, posteriormente, em 1221. A partir de então, a cidade de Jerusalém nunca mais voltou a estar sob o domínio Cristão.

É no contexto inicial das Cruzadas que nasce a necessidade da criação de uma entidade, capaz de zelar por aqueles que se deslocavam aos lugares santos em

⁵ LEMOS, Mário Matos – Cruzadas in *Dicionário de História Universal*. Lisboa: Editorial Império, 2001. Pág. 290.

peregrinação, e, ao mesmo tempo, combatessem o principal inimigo da fé cristã – as ordens religioso – militares.

Segundo a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*⁶ as ordens militares medievais definem-se da seguinte forma: “ No seu significado originário e mais importante, aplica-se o termo a um tipo de ordem religiosa cristã composta de freires combatentes. Produtos das Cruzadas, as ordens religiosas militares representam a combinação, na sua forma mais completa, dos dois ideais medievos de devoção religiosa e de cavalaria. As ordens militares cristãs assemelhavam-se às outras ordens de monges em que os seus membros faziam voto de castidade, de pobreza e de obediência; procediam segundo regras baseadas nas dos Cistercienses e Agostinhos; gozavam de todos os privilégios e imunidades dos monges, estando submetidos só aos papas, e, enfim, à semelhança das outras ordens monásticas, eram internacionais, tendo estabelecimentos e terras em todos os países da Cristandade”⁷.

O espaço ibérico, nesta conjuntura medieval, era bastante propício à difusão das ordens militares, tendo os cavaleiros-monges desempenhado um papel fulcral no processo de reconquista e na criação de estratégias capazes de deter os avanços do inimigo.

Uma das primeiras ordens a surgir é a dos Templários, em 1118, com o principal objectivo de proteger aqueles que se dirigiam a Jerusalém para aí combaterem o inimigo muçulmano. Os Templários foram fundados no Médio Oriente, mas rapidamente se espalharam pelo Ocidente cristão, chegando ao território ibérico, onde foram dos primeiros cruzados a participar no processo de reconquista. Como recompensa pelo esforço empreendido, D. Afonso Henriques concede-lhes um terço de todas as terras conquistadas⁸. Contudo, com o aparecimento de novas ordens, o território templário fica cingido ao norte do território português, situando-se, na sua maioria, os castelos que

⁶ “Ordens Militares” - *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa, Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada. Vol. XIX, P.567

⁷ Ordens Militares in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa, Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada

⁸ VILAR, Hermínia Vasconcelos – Os freires militares e hospitalários in *História Religiosa de Portugal*, vol. 1. Lisboa: Actividades Editoriais, 2004. P. 234

lhes são concedidos, nas margens do rio Tejo, ocupando a maior parte da Beira Baixa e um vasto território entre o Mondego e o Tejo.

O prestígio e privilégios alcançados por estes cavaleiros foram de tal ordem, que, em 1308, o rei francês, Filipe *o Belo*, inicia uma ação que tem em vista a exterminação do poderio templário. Em 1312, é promulgada a bula *Vox in excelso*, pelo Papa Clemente V, que ordena a extinção e apreensão de todos os bens templários. Porém, em Portugal, D. Dinis, pedindo autorização ao Papa, converte todos os bens da Ordem Templária em Ordem de Cristo, associando-lhe os respetivos bens. Aprovada pelo papa João XXII, em 1319, a nova ordem recentemente fundada, irá desempenhar um papel fundamental durante o século XV, no período dos Descobrimentos.

A segunda ordem a ser fundada terá sido a dos Cavaleiros do Hospital de S. João de Jerusalém, remontando a sua origem à primeira metade do século XII. Inicialmente, a organização desta ordem prendia-se estritamente com o intuito de prestar apoio hospitalar; no entanto, poucos anos depois da sua fundação, a vertente militar e de combate ao inimigo foi acrescentada. Criada em Jerusalém, como a dos Templários, chegou também a Portugal, obtendo vantagens territoriais pela ajuda prestada. Os territórios sob a sua alçada situavam-se mais próximo da zona de fronteira com Espanha. É muitas vezes designada por Ordem de Malta, devido à alteração da sua sede para a ilha de Malta, em 1530.

A proximidade dos Hospitalários ao poder régio valeu-lhes amplas doações: de um modo geral, a Ordem do Hospital acabaria por conseguir obter grande parte da zona territorial outrora ocupada pelos Templários. Após a expulsão dos cristãos de Jerusalém, retiram-se para zonas de fronteira, mantendo-se em zonas estratégicas, de maneira a controlar os avanços do Islão.

Além da fundação da Ordem dos Templários e Hospitalários no Médio Oriente, surgem em Portugal, a Ordem de Avis e a Ordem de Santiago de Espada.

Ambas as ordens peninsulares teriam como principal escopo da sua fundação a luta e a manutenção dos territórios recuperados ao poder mouro. Com o fim da Reconquista, houve, naturalmente, uma necessidade de revisão das suas diretrizes.

Os Freires de Évora foram, segundo alguns historiadores, o ramo português da Ordem de Santiago de Calatrava. Contudo rapidamente adquirem importância nacional

na empresa da Reconquista, obtendo doações régias. Das mais importantes destacam-se as terras de Avis, doadas em 1211, por D. Afonso II de Portugal. Nestas terras instalaram a sua sede e daí receberem o nome pelo qual ficaram conhecidos. Mais tarde, conseguem obter a independência da Ordem Castelhana, em 1391, à semelhança do que se passará com a Ordem de Santiago.

Por último, surge aquela que é o tema do presente trabalho – a Ordem de Santiago de Espada – sendo, por isso, objeto de uma explicação mais aprofundada, tendo em conta a sua origem, os seus membros, o território ocupado e os *mosteiros-fortaleza*, reveladores da forma de vida que levavam estes cavaleiros-monge e que definirão este roteiro.

5. Ordem de Santiago de Espada

Fundação da Ordem – Espanha

A Ordem militar de Santiago foi fundada em Cáceres, em 1170, após a reconquista de Leão por Fernando II. Inicialmente, recebem o nome da cidade de fundação, pelo que são designados por Freires de Cáceres. À semelhança das outras ordens militares, terão contribuído para a ajuda na defesa do território conquistado, na região da Estremadura.

Além de cavaleiros, faziam parte da ordem, clérigos. Ambos tinham como suporte espiritual a Regra de Santo Agostinho, que permitia estabelecer entre todos um estatuto de igualdade no interior desta ordem religiosa e militar.

Em 1171, os cavaleiros-monges recebem a designação de Ordem de Santiago, devido a um acordo estabelecido entre o primeiro mestre – D. Pedro Rodriguez – e o arcebispo de Santiago de Compostela, tornando-se o primeiro cónego da igreja de Compostela e o segundo, membro honorário da ordem. É desta forma, que a ordem recebe as insígnias do Apóstolo Santiago e fica com a sua devoção.

Relativamente ao reconhecimento papal, este foi obtido no ano de 1175, pelo Papa Alexandre III, através da promulgação da bula *Benedictus Dei*⁹.

⁹ BARBOSA, Isabel Maria de Carvalho Lago (dir. Luís Adão da Fonseca) – A Ordem de Santiago em Portugal in *Militarium Ordinum Analecta n°2*. Porto: Fund. Eng. António de Almeida, 1998. P.114

Santiaguistas em Portugal

A intervenção dos cavaleiros da Ordem de Santiago iniciou -se com a ajuda prestada a D. Afonso Henriques, no processo de conquista do território a sul da linha do Tejo. Pela sua contribuição positiva, D. Afonso Henriques recompensou -os, doando-lhes a vila de Arruda e, pouco depois, Monsanto, que, devido à nova investida almóada, acaba por se perder, três anos mais tarde. Em 1186, o rei entrega-lhes o Castelo de Palmela, bem como os de Alcácer, Arruda e Almada, a fim de criar uma linha estratégica de defesa dos estuários do rio Tejo e Sado. No reinado de Sancho I são confirmadas as doações anteriormente feitas e acrescentada a torre da alcáçova de Santarém.¹⁰ Em 1194, é-lhes doado, em Lisboa, o Convento de Santos, que passará a albergar a vertente feminina da ordem. Visto ser-lhes permitido casar, este espaço servirá, desde 1175, para albergar os familiares femininos dos cavaleiros, quando ausentes ou mortos em guerra¹¹.

Durante o reinado de Sancho II, a ordem tende a consolidar o território sobre a sua alçada, recebendo Aljustrel (1235), Sesimbra (1236), Alfagar de Pena (1239), Mértola (1239), Aiamonte (1224) e Tavira (1244)¹².

Assim, o território dominado pelos Espatários estendia -se desde a linha a sul do Tejo, tendo-lhes sido “(...)atribuída toda a faixa territorial do Baixo Alentejo, que vai desde Odemira a Mértola”¹³.

Com o avançar do processo, os Santiaguistas deslocaram-se para sul e, com a reconquista definitiva de Alcácer, para lá transferem a sua sede, no primeiro quartel do século XIII, mudando-se do castelo de Palmela, ocupado, com essas funções, desde a doação feita por D. Sancho I.

¹⁰ MATA, Joel Silva Ferreira – Alguns aspetos da Ordem de Santiago no tempo de D. Dinis in *As Ordens Militares em Portugal*, Actas do Iº Encontro sobre Ordens Militares. Palmela: Estudos Locais, 1991. P.205

¹¹ VILAR, Hermínia Vasconcelos – *Ob. Cit.*

¹² ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal, vol. I*. Porto: Editora Portucalense, 1967. Vol. I P.149

¹³ MENDONÇA, Manuela – As Ordens de Cristo e Santiago nos primórdios da Expansão Portuguesa (séculos XIV-XV), in *Amar, Sentir e Viver a História – Estudos de Homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*. Lisboa: Ed. Colibri, 1995. P. 861

Posteriormente foi Mértola a tornar-se, no ano de 1274, a sede dos Freires de Alcácer, com o intuito de criar uma zona de pressão sobre (o ainda em poder do inimigo) Al-Gharb e como forma de controlo do Guadiana.

Terminada a tomada de território aos mouros, termina a função de “portandarte”¹⁴ da reconquista e começa uma nova época para as milícias. Porém, o poder régio, reconhecendo a importância dos cavaleiros para o sucesso da Reconquista, acabaria por “conceder a solução para a sua existência futura.”¹⁵, assistindo-se a um estreitamento na relação entre os freires e a coroa portuguesa.

No reinado de D. Dinis, é feita a primeira tentativa de autonomização do ramo português da ordem face à castelhana, junto da Santa Sé, tendo o papa Nicolau IV, através da bula *Pastoralis officii*, permitido a nomeação de um Mestre português – no caso, João Fernandes -, embora todas as decisões continuassem dependentes do mestre de Cáceres. Contudo, e não obstante a proibição, o ramo português nomeia um novo mestre português, Lourenço Eanes, nomeação que é de novo proibida pela bula e *Intercoetera* expedida pelo papa João XXII. Esta situação obriga o rei de Portugal a dirigir-se ao Papado, alegando a importância da fidelização dos cavaleiros à causa nacional portuguesa, sobretudo aquando de problemas na definição da fronteira com Espanha. Não obteve, porém, uma resposta positiva aos seus argumentos.

Esta situação de indefinição quanto à independência do ramo português prolongou-se pelos anos seguintes, só ficando totalmente resolvida em 1452, através da bula *Ex apostolice sedis*, de Nicolau V.

Embora se mantivesse a proibição durante o reinado de D. Dinis e nos reinados seguintes, no ano de 1327, o Mestre Pero Escacho elaborou os primeiros Estabelecimentos portugueses, que determinavam um novo relacionamento entre o poder real e a Ordem, permitindo à Coroa uma intervenção direta nos assuntos internos à instituição religiosa-militar. Os Estabelecimentos consistiram na publicação de um conjunto de normativas que regulariam a ação da Ordem, em Portugal; foi este um

¹⁴ ALVES, Cristina Paula Vinagre - A propriedade da Ordem de Santiago em Palmela: as visitas de 1510 e de 1534. Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2011

¹⁵ PIMENTA, Maria Cristina Gomes – As Ordens de Avis e de Santiago da fundação a 1491: o balanço possível, in *As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade média : o Governo de D. Jorge*. Porto : Fundação Eng. António de Almeida, 1999. P.34

momento significativo para os cavaleiros santiaguistas, pois Pero Escacho transferia, assim, para o rei português o poder de supervisão da Ordem. Esta transferência revelou - se determinante para o desenvolvimento da situação relativa à autonomia do ramo português, a Ordem assumia-se como uma “instituição nacional”¹⁶, na sequência dos favores reais concedidos no período dionisino.

Relativamente à organização interna da instituição, destaca-se o título de Mestre, cuja figura incorporava o poder máximo da ordem, responsável pela designação das outras duas estruturas internas: os Treze e o Capítulo Geral. Os Treze reuniam-se sempre que havia necessidade de nomeação do Mestre; enquanto que o último, consistia na reunião de todos os elementos uma vez por ano, para deliberar sobre a organização interna da ordem.

Na transição da primeira para a segunda dinastia e no seguimento das alterações que ocorreram no reinado de D. Dinis, é tida em conta a relevância da proximidade entre o rei e a Ordem Militar de Santiago, materializando-se essa relação com a nomeação do filho de D. João I, D. João, como mestre dos Espatários.

Com efeito, o Mestre de Avis apercebe-se do avultado poderio económico das Ordens Militares, e procura canaliza-lo para a sua causa, custeando as diferentes batalhas inerentes à crise de 1383-85, com o apoio financeiro das mesmas.

Uma das estratégias encetadas por D. João I, passou, numa fase inicial, pela nomeação régia de um Mestre para a Ordem, sobrepondo-se a vontade régia à dos órgãos administrativos internos. Assim, ao mesmo tempo que o rei beneficiava financeiramente, recompensava aqueles que lhe tinham sido fiéis durante o interregno.

A estratégia seguinte, e conforme referido, resultou no pedido, endereçado ao papa Martinho V, da nomeação do filho do rei - o infante D. João - para “Administrator”. Contudo, esta situação levanta um precedente, pois de acordo com as regras internas o representante só poderia ser o Mestre, e não um administrador. O papa, porém, concordou com a eleição do Administrator; no entanto, o próprio Infante acabou por encetar uma política de distanciamento face à coroa. Como tal, os órgãos

¹⁶ BARBOSA, Isabel Maria de Carvalho Lago - (dir. Luís Adão da Fonseca) – A Ordem de Santiago em Portugal in *Militarium Ordinum Analecta n°2*. Porto: Fund. Eng. António de Almeida, 1998. P.116

administrativos, reguladores da Ordem, conferiram o poder de representatividade a D. João, respeitando o seu governo.

Após a morte do Mestre D. João, sucede-lhe D. Fernando – irmão de D. Afonso V - que continua a política de autonomia face a qualquer instituição – seja à coroa portuguesa, como ao mestre de Uclés. É durante este mestrado que os freires obtêm a confirmação da sua independência relativamente ao Mestre de Castela, através da bula *Ex apostolice sedis*, em 1452.

No reinado de D. João II, e para limitar a ação das Ordens e o seu poderio (e tendo em conta as conspirações de que o rei era alvo) foi nomeado o seu filho bastardo, D. Jorge de Lencastre, para mestre da Ordem de Santiago e da Ordem de Avis. É durante o seu mestrado que se reúne o Capítulo Geral¹⁷, em Palmela, no ano de 1508, para elaborar o plano da acção futura da Ordem, que se encontra no documento *Regra, statutos e diffinições da Ordem de Santiago*¹⁸.

É desta forma que se assiste a um estreitar natural nas relações entre o Rei e a Ordem Militar, que culmina com o acumular do cargo de Mestre, por parte do rei D. João III, em 1531.

Hoje em dia, a Ordem de Santiago de Espada chega-nos, não só através da memória da sua presença em diversos locais dispersos pelo Baixo Alentejo, mas como Ordem Honorífica, utilizada pelo Presidente da República para destacar a importância da ação de um indivíduo para a nacionalidade.

¹⁷ BARBOSA, Isabel Maria de Carvalho Lago, *Ob. Cit.* P. 117

¹⁸ BARBOSA, Isabel Maria de Carvalho Lago, *Ob. Cit.* P. 112

6. Evolução das estruturas militares

No século IX, a organização administrativa do território cristão era feita com base nas *civitates*¹⁹.

Os *castelos* eram entendidos como um conceito restritivo, sendo “estruturas amuralhadas com um pequeno pátio, destinadas a albergar a guarnição militar encarregada de velar e defender um território e capaz de recolher a população em caso de ameaça.”²⁰ Os primeiros castelos apareceram em meados do século IX, no norte do território cristão. As primeiras construções seriam bastante rudimentares, e de acordo com as fontes, a sua manutenção era feita pelas populações mais próximas. Deste modo, pela sua simplicidade, não representavam ameaças para o poder senhorial que começava a surgir, tendo sido tolerados nos primeiros séculos do seu aparecimento pelos “castelos condais e as sedes das *civitates*”, servindo para utilização comunitária ou do concelho.

Numa fase inicial, é possível de fazer uma distinção entre as estruturas defensivas erguidas: se de um lado se erguiam os *castrum* (monte ou alpe), por outro lado destacavam-se os *castelluns* condais. O *castellum* condal era administrado pelo Senhor, sendo verdadeiros centros político-administrativos e de controlo e defesa do território. As construções dos *castellum* eram patrocinadas pelo Senhor, podendo ter estruturas mais elaboradas. Contudo estes castelos condais eram, de um modo geral constituídos por uma única torre (não ainda a torre de mengam), sem que a verdadeira preocupação fosse a da segurança das populações. Essa só surgiu pela mão das próprias populações, que com esse fim, ergueram estruturas no topo de cumes rochosos (penelas – castelos roqueiros).

Pela Europa, surgiu um outro tipo de encastelamento, em meados do século XI, as motas. Estas consistiam em pequenos montes artificiais, com forma cilíndrica e delimitados por um fosso. Eram construções mais simples e, como tal, de construção mais fácil, não sendo necessária a utilização de mão-de-obra especializada. A construção das motas difundiu-se por toda a Europa, no entanto, até à relativamente

¹⁹ *Civitates*: constituíram o modo de organização territorial, herdado do período romano, no qual os diferentes *Conventus* estavam subdivididos em *civitates*, que aglomeravam povoações com características comuns.

²⁰ BARROCA, Mário – O Castelo Românico in *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2003-2004, Vol. I P.95

pouco tempo, acreditava-se que estas construções não tinham chegado à Península Ibérica, contudo achados recentes permitem afirmar o contrário.

No início do século XI, é interessante de verificar, que no contexto das guerras internas aos reinos muçulmanos, e com as reformas das taifas, os exércitos cristãos aproveitaram a oportunidade de se reorganizar e retomar o território que fora conquistado durante as investidas de Al-Mansur. A reconquista de Coimbra, em 1064, terá sido um momento decisivo para o fixar do território sob domínio cristão. A nomeação do governador da cidade - Sesnando - de origem muçulmana, terá contribuído para a revolução da arquitetura medieval militar, visto os conhecimentos muçulmanos serem mais avançados. Assim, destaca-se a aplicação das plantas semicirculares dos torreões, quebrando panos de muralha e reforçando zonas mais sensíveis, bem como as muralhas em talude e com flanqueamento reentrante. Ao nível das plantas, estas continuam a ser adaptadas à morfologia dos terrenos. Estas inovações foram posteriormente aplicadas nas estruturas defensivas, erguidas no século XII. Além do contributo do governador muçulmano, destaca-se o contexto político – administrativo, no qual as *civitates* foram subdivididas em *terrae*, administradas por um senhor, pertencente à nobreza. Assiste-se, deste modo, a um “desincastelamento”, visto as estruturas defensivas comunitárias terem sido desativadas, por necessidade de afirmação dos próprios senhores dos castelos, sendo permitida a existência de um único centro militar por cada terra. Inicia-se uma hierarquização das estruturas defensivas, consoante o seu grande de importância.

No século XII, o castelo românico assume a sua forma final, após as várias experiências feitas ao longo dos séculos anteriores. A estrutura militar passa a desempenhar funções de “cabeça-de-terra”, que encerram em si dois conceitos: defesa passiva e princípio de comando²¹.

O castelo românico é construído para desempenhar uma função na defesa, mas a técnica de defesa é ainda passiva, procurando dar resposta aos assaltos e cercos de vários dias, assim a sua estrutura teria que ser essencialmente robusta. Essa característica era obtida pelos elementos defensivos, nomeadamente através das muralhas. Estas não obedeciam a nenhuma regra generalizada no que às medidas dizia

²¹BARROCA, Mário – O Castelo Românico in *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2003-2004, Vol. I, p.106

respeito, no entanto deviam ser superiores a 2m e o adarve que as acompanha, teria entre 1,50 e os 2,50 de largura, de um modo geral.

Relativamente ao princípio de comando, este está diretamente relacionado com a organização dos elementos que compõe a defesa, sendo que esta se deveria organizar “da periferia para o centro”²². Assim, do exterior para o interior da estrutura, os elementos assumiam uma maior verticalidade, que associada à sua robustez, tornavam estas estruturas mais eficazes.

A análise dos diferentes elementos que constituem o castelo permitem datar, regra geral, as diferentes fortificações militares existentes no território português e entender a evolução das técnicas de defesa e, posteriormente, de ataque.

Contudo, a qualidade das construções muçulmanas merece também uma análise mais detalhada, pelo facto de serem superiores às do norte cristão, mas também por existirem várias a sul do território português, nomeadamente no Alentejo e Algarve.

No final do século XI, a dinastia Almorávida introduz elementos cruciais para o fortalecimento dos *hussun* árabes, normalmente de planta geométrica simples, com torreões nos ângulos e a interromper longos panos de muralha. A introdução de taipa – mistura de argila, telha, tijolo moído e argamassa - alterou o aspeto das construções e fortaleceu o pano de muralhas, tornando-as mais resistentes. Os almorávidas foram também responsáveis pela alteração da planta, que assumiu a forma de um polígono irregular, no qual cada angulo era delimitado por um torreão quadrangular.

No entanto, as maiores alterações foram introduzidas durante a dinastia seguinte, a dinastia Almóada. A construção de torres albarrãs (al-barrân, cujo significado é “de fora, exterior) tornou-se comum nos castelos, estando estas localizadas fora do pano de muralhas comum, estando de acordo com a sua designação, e ligando-se à muralha através de um passadiço, no lado oposto ao adarve. Esta inovação passou a permitir o tiro flanqueado. A planta retangular das torres passou a octogonal, tornando-as mais resistentes e mais fáceis de defender. Por último, a introdução de couraças permitia uma dupla defesa do pano de muralha, do lado exterior, mas também o acesso a uma

²² BARROCA, Mário - O Castelo Românico in *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2003-2004, Vol. I, p.106.

fonte de água. Esta última inovação não teve grande aplicação nos castelos portugueses, no século XI/XII, porém foram mais tarde reintroduzidas, nos séculos XV e XVI.

O período de construção gótica iniciar-se-ia em Portugal um pouco mais tarde, quando comparado com o desenvolvimento militar de outros reinos. O final do século XII e início do século XIII foram um importante período para o desenvolvimento da arquitetura militar europeia, surgindo as primeiras soluções góticas, baseadas no conceito da *defesa activa*: as estruturas deveriam resistir aos cercos, cada vez mais eficazes, mas também permitir o ataque, dada a melhoria no armamento ofensivo.

No território português foram introduzidas pequenas inovações ainda durante o reinado de D. Sancho I, no entanto, uma reforma nas estruturas de defesa só viria a acontecer durante o reinado de D. Dinis. O exílio de D. Afonso III, em França, permitiu o contacto deste com as transformações militares que surgiram, conduzindo à introdução do primeiro balcão com mata-cães em Melgaço, durante o seu reinado.

Durante o reinado de D. Dinis foram, então, levadas a cabo reformas mais completas dos castelos já existentes, com a instalação de novidades que permitiriam a defesa ativa, no período situado entre 1290-1310. O rei começa por afastar a nobreza das tenências, e por nomeação régia, os castelos passam a ser confiados aos alcaides. São promovidas obras em 57 castelos desde Caminha até Castro Marim, estando a grande maioria das construções localizada na fronteira com Espanha.

As reformas passaram pela introdução de mecanismos que permitiam o acesso ao castelo: a entrada era enquadrada por dois torreões (Alentejo: particularidade de serem torreões semicirculares); as muralhas passaram a ser interrompidas por mais torreões entre numa distância mínima média de 8 a 15-20 metros, permitindo que o tiro de um torreão se fizesse sobre a base do seguinte; os torreões são maioritariamente de planta esquadriada; no adarve dá-se o alargamento das ameias, reduzindo-se as aberturas; seteiras rasgadas na ameia permitiam tiro seguro (manteletes, pouco comuns, fechavam espaço entre as ameias); o acesso aos adarves deixa de ser escavado, passando a estar adossado, permitindo mais espaço de circulação e de apoio; as torres de menagem aproximam-se do pano de muralha, onde a defesa era mais sensível – os torreões tornam-se poligonais; por último, a introdução de mecanismos de tiro vertical como os machicoulis e os balcões com mata-cães.

No Alentejo, destaca-se uma particularidade no que diz respeito à forma dos torreões que, devido à herança muçulmana, e em construções com pedra mais irregular são semicirculares (exemplo do castelo de Santiago do Cacém), alguns deles não têm golas na parte interna, deixando o inimigo – no caso deste conseguir transpor a muralha – a ficar à merce do tiro ofensivo.

Por último, e embora não tenha sido introduzida durante o período dionisino, as barbacãs tornaram-se comuns durante a segunda metade do século XIV e ao longo do século XV: a barbacã estendia-se em torno de toda a muralha, quando possível, ou era construída em frente ao acesso principal.

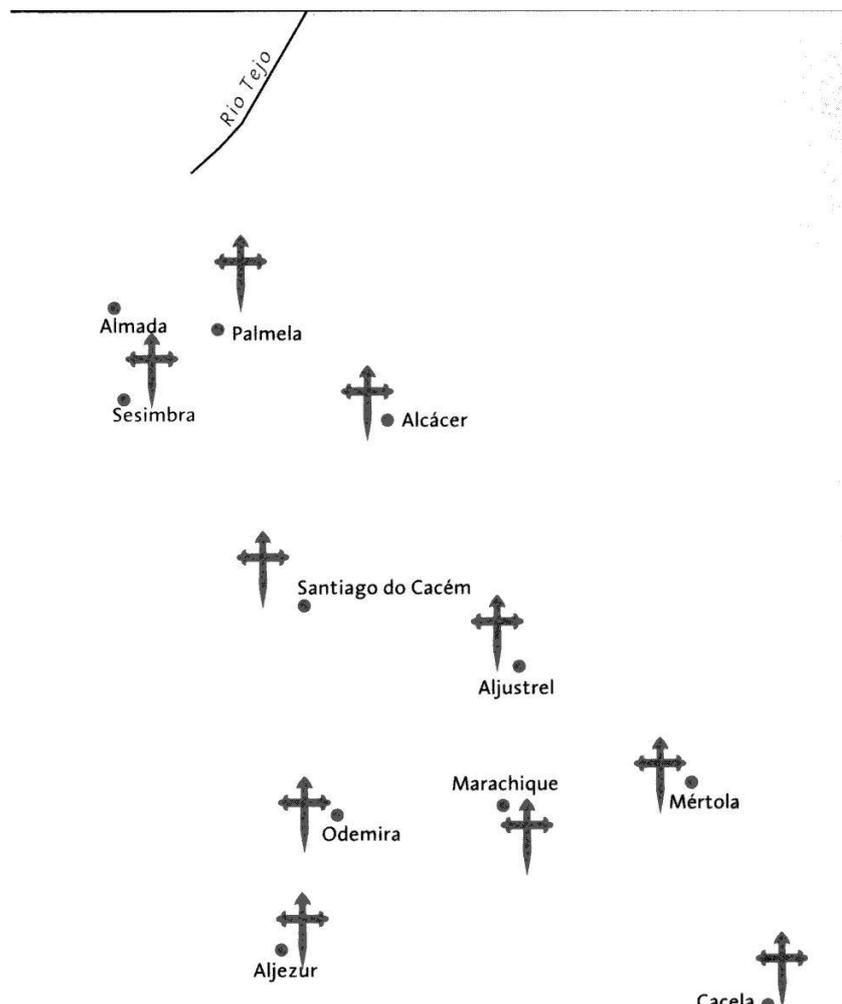
Desta forma, o castelo gótico torna-se numa construção consistente, no qual todos os seus componentes concorriam para a defesa passiva e ativa, funcionando de forma ordenada e orgânica. Estas construções deixam de ter como base o empirismo, transformando-se em construções mais complexas, o que obriga à contratação de mestres mais experientes, e permite uma maior eficácia no resultado final.

7. Roteiro

As sedes da Ordem de Santiago de Espada

A estrutura territorial da Ordem de Santiago de Espada assentou na divisão do território concedido em comendas. No entanto, devido à complexidade da organização cronológica das diferentes comendas, optou-se por organizar o presente percurso com base nas sedes, localizadas no sul to território português, no Baixo Alentejo.

A distribuição geográfica da Ordem Militar pelo sul pode ser analisada com base no seguinte mapa:



Mapa da Ordem Militar de Santiago de Espada

In No caminho sob as estrelas: Santiago e a Peregrinação a Compostela. Santiago do Cacém: Câmara Municipal de Santiago do Cacém. 2012. P.76

Assim sendo, e de acordo com as sucessivas alterações da sede dos Espatários, a proposta de roteiro organiza-se da seguinte forma:

1º Dia

Alcácer do Sal (1218)

Capela dos Mestres

Castelo: Museu de Arqueologia

Almoço

Santiago do Cacém

Castelo e Igreja Matriz

Noite: Santiago do Cacém

2º Dia

Santiago do Cacém - Castro Verde

Almoço

Mértola (1274)

Castelo e Igreja de Santa Maria

Noite: Mértola

3º Dia

Mértola - Beja

Almoço

Palmela

Castelo e Igreja de Santiago

Noite: Tróia

4º Dia

Setúbal

Almoço: Setúbal

Lisboa: Livre/Museu de Arte Antiga

8. Alcácer do Sal

De Beuipo a Al-Qasr

A vila de Alcácer do Sal situa-se a cerca de 80 Km ao sul da cidade Lisboa, na região do Alentejo, na proximidade da faixa litoral atlântica.

A sua importância e proximidade a um curso de água, permitiu o desenvolvimento e manutenção de uma zona próspera, transversal à passagem do tempo, até à Idade Média.

Com efeito, o rio foi desencadeador de um intenso tráfego naval, que permitia o acesso a outras povoações no interior do território, nomeadamente a Beja e Évora. O Sado tornou-se no elemento unificador das diferentes povoações localizadas na sua bacia hidrográfica²³, e permitiu o desenvolvimento das mesmas. A sua importância verifica-se ainda nos diferentes nomes que lhe foram atribuídos, encontrando-se em fontes romanas e islâmicas, nos quais o rio assumia a designação do porto mais importante²⁴.

A ocupação humana remonta à Idade do Ferro (VIII a.C. – II a.C.), de acordo com estudos arqueológicos e a exumação de artefactos deste período²⁵, foi possível ficar a conhecer algumas das atividades praticadas no quotidiano.

A povoação de Beuipo²⁶ deteve uma importância estratégica, localizada próxima do rio *Callipus*, desempenhou funções de porto marítimo e de entreposto comercial entre o Atlântico Norte e Sul. Ao local chegavam mercadorias provenientes do norte de África e Oriente, tendo sido encontradas, na Cripta Arqueológica, cerâmicas elaboradas segundo técnicas orientais e mediterrânicas. As pequenas estatuetas de bronze

²³ A sua nascente localiza-se na serra da Vigia, em Ourique, a 230 metros de altitude, e a sua foz situa-se entre a Península de Tróia e a Serra da Arrábida.

²⁴ CARVALHO, António Rafael, FARIA, João Carlos, FERREIRA, Marisol Aires – Alcácer do Sal Islâmica: Arquitectura e História de uma Medina do Garb Al- Andalus (séc. VIII –XIII). Alcácer do Sal: Câmara Municipal de Alcácer do Sal, 2004.

²⁵ Hoje em exposição na Cripta Arqueológica, no Castelo de Alcácer do Sal.

²⁶ De acordo com Maria Teresa Lopes Pereira, o nome exato da povoação é desconhecido:” (...) na Idade do Ferro, uma importante urbe cujo nome exacto se desconhece, sendo apontadas várias hipóteses por diferentes estudiosos, resultantes de leituras divergentes de caracteres indígenas gravados em moedas cunhadas localmente: *Bevipo*, *Evion*, *Keition*, *Ketivion*, *Ketovion*.” – Alcácer do Sal na Idade Média. P.32.

encontradas, representando figuras zoomórficas e antropomórficas, revelam a existência de um santuário na povoação. Noutros artefactos exumados, a iconografia presente permite verificar que o quotidiano era semelhante ao de outras áreas ocupadas, durante este período, nomeadamente através da numismática, que permitiu comprovar a existência da atividade piscatória e da produção cerealífera.

De destacar, o fragmento de uma cerâmica de nítida origem grega e de amuletos egípcios, como um olho de Horus e um escaravelho, ambos de reduzidas dimensões²⁷.

As diferentes proveniências ou influências encontradas nos objetos desta época, permitem entender a relevância do povoado de Beuipo nas rotas comerciais fenícias e cartaginesas.

Essa mesma importância mantém-se durante o período romano, onde a vila recebe o nome de *Salacia Urb Imperatoria*, e passa a concorrer com outra urbe, cujo desenvolvimento viria a contribuir para o abrandamento do desenvolvimento de Salacia, Olissipo.

Os vestígios encontrados referentes ao período romano são em pouca quantidade, no entanto o estudo epigráfico e numismático, permitiu comprovar o centro económico-administrativo existente na antiga Salacia. As fontes escritas referem a produção de lã, bem como a prática da agricultura e pecuária. As actividades marítimas e piscatórias, dadas as excelentes condições naturais, contribuíram para a manutenção do estatuto de *Urb Imperatoria*, no Império Romano. A importância destas actividades foi de tal ordem que as mesmas contribuíram para a designação atribuída a Alcácer, durante este período: *Salacia* seria a deusa romana mulher de Neptuno, revelando a importância que detinha nas rotas oceânicas²⁸.

As escavações arqueológicas recentes encontraram estruturas de edifícios romanos, nomeadamente, daquele que poderia ter sido o *Forum*, na zona mais elevada de Alcácer, próximo do Castelo, com uma localização semelhante ao de outras cidades; vestígios de antigas *villae* foram encontrados próximo do rio; e por último, o santuário

²⁷ Para mais detalhes consultar: Div. Autores (dir. Maria Filomena Barata) - ROTEIRO: Castelo de Alcácer do Sal – Cripta Arqueológica. IGESPAR, 2007.

²⁸ A teoria mais comum apresentada para a justificação do nome atribuído prende-se com a exploração do sal, actividade também praticada na zona.

romano foi encontrado, com um exemplo de ex-voto, hoje na área pertencente ao Convento de Nssa. Sra. de Aracaelli.

A antiga *Salacia* sofre com o crescimento de Olissipo, tornando-se um porto secundário no final da Antiguidade Tardia (séc. I), concorrendo ainda com outras vilas como Tróia e Setúbal, próximas da foz do Sado.

Séculos mais tarde, e com a chegada dos povos árabes à Península Ibérica, no século VIII, Alcácer volta a entrar numa fase ascendente.

A islamização que ocorreu no sul da Península Ibérica, nomeadamente na zona do Alentejo e Algarve, permitiu o enraizamento da cultura muçulmana, que contribuiu para o desenvolvimento das cidades, com base nos recursos naturais disponíveis.

A primeira fase de islamização da Península de Setúbal ocorreu de um modo bastante natural, onde os recém-chegados se adaptaram às estruturas já existentes, do período anterior, tendo sido introduzidas alterações de pouca relevância.

As *medinas* permitiam a organização do espaço, e contribuíram, por diversas vezes, para a manutenção de um determinado poder político, bem como para a coesão ou momentos de crise no interior do império islâmico. A islamização dependia essencialmente da estruturação destas cidades, uma vez que o império muçulmano em muito dependia da circulação de pessoas e bens, pois a sua sobrevivência assentava sobretudo num “cosmopolitismo”, e nas trocas e rotas comerciais.²⁹

Al-Qasr, com o seu rio detinha todas as condições necessárias para o estabelecimento de uma medina, que pelo seu desenvolvimento, viria a desempenhar o papel de uma cidade cosmopolita e comercial.

Com efeito, a prosperidade de Al-Qasr, e de outras, medinas árabes, no final do século VIII, conduzem D. Afonso II (rei das Astúrias) até aos territórios recentemente conquistados pelo poderio árabe, ocorrendo acções de pilhagem da Costa Atlântica da Península Ibérica. Estas acções são seguidas, já no século IX, por pilhagens por parte de povos nórdicos.

²⁹ PEREIRA, Paulo – *Arte Portuguesa: História Essencial*. Porto: Circulo de Leitores – Temas e Debates, 2011. P.171

A importância da costa atlântica, bem como o estatuto de cidades portuárias alcançado pelas povoações de Lixbuna e Al-Qasr, conduzem o Emir Abd al-Rahman II a promover a defesa do litoral, voltado ao Oceano Atlântico, como forma de travar estas acções militares ocasionais. É neste contexto, que se insere a renovação dos complexos militares existentes na região da Península de Setúbal, nomeadamente dos *husun* da Arrábida e de Al-Qasr³⁰.

Deste modo, a povoação de Al-Qasr torna-se numa das principais sedes de defesa militar, que geograficamente se encontrava no final do território do Dar al-Islam, sendo por isso um espaço vital de fronteira para a manutenção da zona ocupada pelos povos islâmicos.

Os recursos naturais de que dispunha, a existência de pinhais em redor, permitiram o desenvolvimento de uma frota naval que completava a estratégia de defesa, em conjunto com as fortificações existentes. A localização próxima do estuário do Sado permitia o seu desenvolvimento enquanto medina, culminando a evolução da mesma durante o período do domínio da tribo Abu Danis, ficando conhecida a cidade por *Qasr Abî Dânis*³¹, durante o século X. Nos finais do século seguinte, Alcácer era conhecido como o maior porto da fachada atlântica.

Além da sua localização no final do rio Sado, aqui era onde se localizava a zona de passagem mais estreita entre as duas margens do rio, situando-se num dos principais eixos viários de ligação das medinas do sul com as do norte, e que permitia a ligação a Olisippo e a Xantarin, bem como a Badajoz e Mérida, passando por Évora.

Durante os séculos X e XI, até à chegada da Reconquista Cristã, Alcácer é descrito nas fontes muçulmanas como um uma zona próspera, bastante povoada, onde o porto servia como um importante entreposto comercial.

No século XI, uma crise no interior do poder islâmico – a dinastia aftácida, que se localiza em Badajoz, e a dinastia abádidas, que se estabelecem em Sevilha – conduz à

³⁰ CARVALHO, António Rafael, FARIA, João Carlos, FERREIRA, Marisol. *Ob. Cit.* P. 48; Balmalla (Palmela) ocuparia um papel secundário durante este período, como tal as remodelações efectuadas foram num posto mais avançado, como seria o caso da Arrábida e em Alcácer, dada a sua importância enquanto medina.

³¹ PEREIRA, Maria Teresa Lopes – *Alcácer do Sal na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2000. P.26

fragmentação de poder, que por sua vez contribui para a autonomização de algumas medinas, e para a sua inserção a nível regional. A anexação de Al-Qasr à taifa de Badajoz permitiu a manutenção de alguns dos seus privilégios, e no decurso das guerras existentes entre Badajoz e Sevilha, a cidade encabeçaria uma importante base militar³², dominando um vasto território. No seguimento desta política militar, durante a dinastia Almorávida, a posição de Alcácer é reforçada.

No entanto, o avanço das forças cristãs para sul e o seu sucesso na conquista de cidades como Coimbra, Santarém, Lisboa e Almada, tornam inevitável a tomada do território de Alcácer, em 1158, por D. Afonso Henriques. É então, em 1186, que a vila é doada aos cavaleiros da Ordem de Santiago de Espada, recém chegados ao território português.

Relativo a este primeiro período de ocupação cristã não existem vestígios arqueológicos, que tenham chegado até aos nossos dias. Durante o século XII, a região é palco de disputas entre Cristãos e Muçulmanos, conseguindo os segundos reconquistar Alcácer, ficando desta vez sobre o domínio da dinastia Almóada, em 1191, que rebaptizaria a cidade de *Al-Qasr al-fath* (Alcácer da Vitória).

Com efeito, este novo período sob a égide do poder Almóada duraria pouco mais de 25 anos, no entanto, foi suficiente para que Al-Qasr se tornasse, mais uma vez, numa poderosa praça militar muçulmana.

Em 1217, com a ajuda de Cruzados que se dirigiam à Terra Santa na V Cruzada, Al-Qasr retorna ao poder cristão. No ano seguinte, por doação do rei D. Afonso II, como recompensa pela sua participação activa, instala-se no alcácer muçulmano a sede da Ordem de Santiago de Espada.

As fontes cristãs e muçulmanas relatam que a sul do território alcacerense foi estabelecida uma fronteira com os reinos muçulmanos existentes no Gharb al-Andaluz, por isso o estabelecimento dos Espatários naquele local foi de extrema relevância para o sucesso da Reconquista Cristã.

³² BARATA, Maria Filomena (dir.) - *ROTEIRO: Castelo de Alcácer do Sal – Cripta Arqueológica*. IGESPAR, 2007. P.52

Os primeiros anos relativos à fixação da Ordem na vila estão, naturalmente, relacionados com a manutenção da fronteira territorial com os mouros, que habitavam a sul. As fontes documentais cristãs e muçulmanas relatam a existência de uma linha de defesa a sul do território alcacerense. A vila desempenha um papel fundamental como posto de defesa militar avançado, culminando a sua esfera de influência, com o fim do processo de reconquista, em 1249, de onde se destacou a figura de D. Paio Peres Correia – comendador de Alcácer.

Concluída a incorporação do Reino dos Algarves no território português, durante o reinado de D. Dinis, torna-se imperiosa a definição de uma estratégia de delimitação entre Portugal e Castela. Deste modo, tendo em conta a origem castelhana da Ordem Espatária o rei intercede junto do papa Nicolau IV, pedindo a independência do ramo português. Apesar da inconstância na decisão final, o primeiro mestre português, eleito pelos Treze, foi João Fernandes, seguido por Lourenço Eanes e, finalmente, por Pedro Escacho.

Do terceiro mestre eleito, em 1327, destaca-se a publicação dos *Estabelecimentos*³³, cuja reunião de elaboração teve lugar em Alcácer. Durante o período do interregno, entre 1383-85, o Mestre Fernando Afonso de Albuquerque esteve em Alcácer e opta pelo partido do Mestre de Avis, determinando a mesma escolha para as terras pertencentes à Ordem, nomeadamente Setúbal.

Com o desfecho final da crise de sucessão a favor de D. João I e a permissão concedida ao poder régio de supervisão dos destinos da ordem, desde a criação dos Estabelecimentos, o rei português faz a sua primeira intervenção ao nomear uma figura que lhe fora fiel durante as batalhas – Mem Rodrigues de Vasconcelos³⁴.

Posteriormente, segue-se a administração de D. João, filho do Mestre de Avis, a partir de 1418. A acção de D. João teve importantes reflexos em Alcácer, pois grande parte do seu tempo foi passado na vila, a confirmar regista-se a procuração passada

³³ Consultar pág. 10.

³⁴ Mencionado em CAMÕES, Luís Vaz de - *Os Lusíadas*. Canto IV, est.24,p.153: “Outro também famoso cavaleiro/Que a ala direita tem dos Lusitanos/Apto pera mandá - los e regê-los,/Mem Rodrigues se diz de Vasconcelos”.

pelos órgãos da ordem que permitia o acesso a poderes exclusivos do mestre, com a menção à localidade onde foi assinada.

A maior proximidade ao poder régio levou a que as visitas do mesmo fossem com maior frequência. Aquando da morte do seu irmão, D. Duarte, D. João encontrava-se doente na vila, e depois de recuperar ficou a par do falecimento do rei ³⁵. Anos mais tarde, em 1442, o próprio administrador de Santiago viria a falecer nos Paços do Conselho de Alcácer.

Após a sua morte, é sucedido pelo filho D. Diogo, no entanto a sede da Ordem transfere-se para novo local, Palmela. Apesar disso, Alcácer manteve-se como principal comenda espatária, constatando-se a atribuição de diversos privilégios, bem como, em 1478, num Capítulo Geral da Ordem, que ali teve lugar, decidiu -se um novo procedimento para averiguação do estado do património da Ordem – as visitasões.

Já durante o reinado de D. João II, rei de Portugal, foi na vila do Sado que tomou conhecimento da existência da conspiração que pretendia por fim à vida do monarca, no seu regresso a Setúbal³⁶.

Com a atribuição dos poderes administrativos da Ordem a D. Jorge, e embora a Sede da Ordem estivesse localizada em Palmela, sabe-se que a sua mulher empreendeu obras em alguns edifícios alcacerenses (casa do Alcaide e Ermida da Porta de Ferro, século XVI) e que, anos mais tarde, o administrador coordenou uma visitação à vila.

Desta forma, entende-se que a manutenção da zona de Alcácer como cabeça de ordem contribuiu para o desenvolvimento do conselho, através da criação de funções que permitiram a fixação da população e o desenvolvimento regional, que, consequentemente, conduziu ao enriquecimento da ordem.

Com a deslocação da Sede da Ordem para Palmela, no século XV, a cidade perde a importância militar que detinha, e o espaço que albergava os freires da ordem, foi convertido anos mais tarde, em 1573, numa casa de freiras clarissas. De salientar

³⁵ PEREIRA, Maria Teresa. *Ob. Cit.* P.216

³⁶ Rui de Pina, cit em PEREIRA, Maria Teresa. *Ob. Cit.* P.221

ainda durante o século XV, que foi em Alcácer do Sal que D. Manuel foi aclamado rei de Portugal.

Durante o período dos Descobrimentos, o porto de Alcácer do Sal serviu para manutenção e abastecimento das caravelas, enquanto porto de importância secundária, localizado a sul da cidade de Lisboa e com boas condições de navegabilidade. Com o crescimento da cidade e do porto de Lisboa, o porto alcacerense perde a sua visibilidade em detrimento da cidade de Lisboa.

Com efeito, a relação intrínseca que desde há séculos se desenvolvera entre o porto ribeirinho e a povoação de Alcácer manteve-se durante os séculos seguintes, continuando o rio a desempenhar um papel fundamental na comunicação com o interior do Alentejo.

No entanto, com a chegada da via-férrea e o desenvolvimento da auto-estrada, já no final do século XIX e no século XX, a importância do Sado é relegada para segundo plano, o que conduziu a uma estagnação da vila.

Castelo de Al-Qasr

A zona mais alta da vila de Alcácer é encimada pelas ruínas de uma antiga fortificação árabe, que marca a paisagem do horizonte sadino.

A sua importância e contributo para o desenvolvimento da povoação foi de tal ordem que o nome pelo qual ficou conhecido até aos dias de hoje deriva da antiga construção islâmica – o alcazar - , onde habitava o wali ou alcaide da cidade, cujo significado se traduz por palácio ou fortificação.

Escavações arqueológicas mais recentes permitiram distinguir diferentes fases de ocupação do topo da colina. Se durante o Neolítico Final a zona era ocupada, e posteriormente, durante a ocupação romana foi o local escolhido pelos governadores para edificar a sua habitação, o mesmo sucedeu durante o período islâmico.

A área do castelo, durante a ocupação romana, foi o local escolhido para fundação de um *oppidum* - fortaleza. Os fragmentos cerâmicos, encontrados no castelo,

permitem concluir a ocupação da zona desde o século VII a.C. até ao século I a. C.³⁷. Na década de 90, do século passado, as escavações arqueológicas deixaram a descoberto o *fórum*. Salienta-se, ainda, a descoberta de um antigo espaço sagrado, já utilizado no período da Idade do Ferro, adaptado aquando da presença romana, situado na zona noroeste do castelo.

Os vestígios do grande *hussun* muçulmano não permitem hoje vislumbrar, na totalidade, a grandiosidade da construção militar, erguida no período islâmico. No entanto, as torres ainda hoje erguidas, assim como a delimitação das muralhas deixam compreender o grande perímetro fortificado que outrora ali existiu.

A necessidade de fortificação e militarização de Alcácer ocorreu, conforme descrito, no final do século IX, devido à elaboração de uma nova estratégia de defesa, que permitisse fazer frente aos ataques vikings e das tropas cristãs. Sobre o *hussun* árabe inicial poucos são os vestígios que chegam até aos dias de hoje.

Durante o período seguinte, com o engrandecimento da cidade, sob a égide do clã Abu Adanis, foi um período de relativa acalmia. Com o despertar de conflitos, no final do século X e início do século XI, entre duas das principais Taifas (Badajoz e Sevilha) houve nova necessidade de reforço e melhoria da estrutura fortificada existente.

Assim, à semelhança de outras construções do período almorávida, nomeadamente no norte de África é possível de identificar as alterações introduzidas.

Embora o castelo tenha sido bastante alterado no século XVI, devido ao aproveitamento da estrutura para a instalação do convento de Nossa Sra. de Aracaelli, a fortificação mantém a entrada principal. A mesma é encimada por um arco de volta perfeita e uma loggia, com aberturas geminadas, tal permite avançar com uma época para a sua construção – o período do domínio Almorávida. Semelhantes no aspecto da fortificação alcacerense encontram-se construções no norte de África, erigidas durante o mesmo período Almorávida. Contudo, durante o domínio Almóada foram introduzidas inovações estruturais na fortaleza. Assim, toda a muralha existente é em taipa

³⁷ FARIA , João Carlos Lázaro – *Alcácer do Sal ao Tempo dos Romanos*. Câmara Municipal de Alcácer do Sal: Edições Colibri, 2002. P.38

(destacando-se a torre localizada a sul)³⁸, e salienta-se ainda a existência de cerca de 4 torreões – circulares e quadrados -, onde alguns se encontram avançados relativamente à muralha, desempenhando a função de uma torre albarrã.

A estrutura defensiva, com o passar dos séculos, caiu em ruínas e devido à iniciativa de um fidalgo, Rui Salema, o antigo edifício existente é transformado no Convento de Nossa Senhora de Aracaelli, que acolheu clarissas provenientes do Convento de Santa Clara, em Évora. No convento, além da vida religiosa, eram acolhidas meninas jovens, as quais eram ali instruídas e educadas³⁹. No ano de 1834, com a extinção das ordens religiosas, a maioria dos conventos foi deixado ao abandono. Contudo, o Convento de Nossa Senhora de Aracaeli só ficou abandonado após a morte da última clarissa, já no século XX.

Desta forma, o edifício ficou ao abandono e a sua degradação foi inevitável. Trabalhos de recuperação foram levados a cabo, nas décadas de 50 e 70, o que permitiu o reforço da estrutura e a manutenção da mesma.

Na década de 80, o conjunto seria incluído no programa de recuperação de edifícios históricos da Comunidade Europeia. A estratégia de recuperação para conversão da estrutura em Pousada visou, sobretudo, a reconversão dos espaços do Convento, de forma a permitir a sua utilização, inserida na atividade turística. Esta transformação optou, várias vezes, pela reconstrução do perímetro medieval, contrariando a imagem em ruínas que se vinha a afirmar desde o início do século passado, contribuindo para reavivar as memórias relativas às várias fases pelas quais a estrutura passou. A Pousada foi inaugurada em 1999.

Igreja de santa maria dos Mártires

A oeste da colina do castelo ergue-se uma das construções medievais mais particulares da Idade Média, a Igreja de Santa Maria dos Mártires.

³⁸ MALDONADO, Basilio Pavon – *Ciudades y fortalezas lusomusulmanas: crónicas de viajes por el sur de Portugal*, Cuadernos de Arte e Arqueología. Madrid: M.A.E, 1993. P.16

³⁹ BARATA, Maria Filomena (dir.) – *ob. cit* , p.70

No local do edifício religioso foram exumados diversos artefactos que atestam a ocupação do lugar durante a Idade do Ferro e a sua utilização como necrópole, durante o mesmo período. Os vestígios encontrados são relevantes para o estudo das comunidades neolíticas que se desenvolveram no local, mas também atestam a utilização do mesmo espaço como local sagrado, durante o período da ocupação romana.

Sobre o período islâmico inicial, não se sabe se o local teve alguma função diferente daquela que vinha a ter; no entanto, pensa-se, de acordo com o pentagrama inscrito numa das paredes exteriores da igreja que o local foi utilizado para instalação de uma *madraza*, no período de ocupação almóada. A instalação da *madraza* Com a posterior ocupação da vila pela Ordem de Santiago de Espada, o edifício almóada acabaria por desaparecer, restando somente o pentagrama.

A planta actual é bastante irregular, fruto das alterações que sofreu ao longo dos séculos. O corpo central destaca-se pela sua forma regular, alongada; do lado direito, a capela mais antiga, com planta quadrangular, denominada por Capela do Tesouro; do lado esquerdo, imediatamente depois do altar-mor, a Capela dos Mestres, com planta octogonal; e, do mesmo lado, adossada à Capela dos Mestres, de planta quadrangular, terminada por um semicírculo, a Capela do Comendador Diogo Pereira.

A entrada para a Igreja faz-se pela entrada principal a oeste ou pela entrada lateral a sul, desenvolvendo-se a sua orientação no sentido oeste-este. O corpo central da igreja, pelo que chegou aos nossos dias, encontra-se bastante desornamentado. Contudo, no altar-mor a iconografia relaciona-se com Cristo na Cruz. O altar-mor terá sido alterado, pois por trás da imagem de Cristo Crucificado surge, a fresco (ainda que bastante danificado), a representação de dois legionários romanos, inseridos na iconografia relacionada com a *Paixão de Cristo*. Não sendo possível precisar a data de elaboração do fresco, a qualidade do mesmo permite apontar a sua elaboração no século XV/XVI. De volta à imagem central, o Cristo Crucificado encontra-se ladeado por dois pares de colunas coríntias, cujo corpo é preenchido por filamentos e a base é de forma circular. A remodelação do altar, mais uma vez sem poder ser fixada uma data, pela decoração e iconografia apresentada, poderá ter sido elaborada no século XVIII.

A enquadrar o altar-mor, ainda na cabeceira da Igreja, destaca-se o revestimento de azulejos, cujo padrão em tapete com motivos vegetalistas, a azul e a amarelo, deverá

ter sido elaborado em meados do século XVII, à semelhança de outras produções do mesmo período.

Na cabeceira, do lado direito, encontra-se uma figura de vulto de Nossa Senhora da Cinta. A figura tem cerca de 1,50cm, incluindo a base. Nossa Senhora encontra-se esculpida num maciço de pedra – provavelmente de Estremoz - a sua leve torsão em forma de S indica já uma tentativa de introdução de movimento na imagem, bem como trabalhado da veste da Virgem, que é cingido por uma cinta, de onde provem o nome pela qual ficou conhecida. Ao colo, no lado esquerdo, Nossa Senhora suporta o Menino coroado; enquanto que com o braço direito segura delicadamente na sua veste. A base tem um escudo esculpido, com a espada da Ordem de Santiago, a ladear o escudo encontra-se um anjo. A figura de Nossa Senhora da Cinta encontra-se hoje bastante degradada, mas, de acordo, com as descrições feitas pelo Freire Agostinho de Santa Maria, no século XVIII, a imagem datará do período inicial do cristianismo, durante o período romano; esta teoria é refutada por Vergílio Correia, que atribui a produção ao século XV/XVI.

Ao longo da nave central, no lado direito, encontram-se dois nichos com figuras de vulto; do lado esquerdo, encontram-se os vestígios de uma pintura a fresco. Dadas as más condições de conservação do fresco, é somente possível distinguir a figura de um cavaleiro, que embora mais simples, se assemelha a um cavaleiro a combater, tal como o retábulo de Santiago Mata-mouros, hoje na igreja do Castelo de Santiago do Cacém.

No final da nave, a entrada principal é coberta pelo coro alto simples. A anteceder a entrada foi construída uma galilé, de planta quadrada, datando do mesmo período das alterações introduzidas no altar-mor, o século XVIII.

A Capela do Tesouro, localizada à direita do corpo central, tem a configuração de um quadrado, de reduzidas dimensões, coberta por uma abóbada de nervuras. Da capela surge uma passagem em direção ao altar-mor da igreja. De acordo com Vergílio Ferreira a capela datará do século XIII, numa década posterior à fixação da Ordem de Santiago em Alcácer.

No lado oposto, surge a Capela dos Mestres, com planta octogonal, e amplos janelões góticos. A fundação desta capela ficou a dever-se à ação de D. Garcia Peres, 4º Mestre da Ordem, em 1333.

A Capela imediatamente a seguir, denominada por Capela do Comendador Diogo Pereira, apresenta uma planta dividida em dois corpos, um retangular e um outro corpo trapezoidal. A cobertura é feita por uma abóbada de nervuras. A comunicação entre a igreja e a capela é feita por um arco quebrado. O espaço foi fundado por D. Maria de Resende, após a morte de Diogo Pereira (Comendador de Alcácer), em 1427, para albergar o túmulo do mesmo.

A parte exterior do conjunto é reveladora das diferentes épocas de construção, devido às diferentes configurações; as construções posteriores adaptaram-se à construção inicial, tendo sido acrescentadas à mesma. A junção dos diferentes corpos permitiu a formação de um conjunto ímpar, que no entanto, é pouco mencionado pela história da arte portuguesa.

9. Santiago do Cacém

Santiago do Cacém localiza-se a sul de Lisboa, a cerca de 100km, próximo da faixa litoral, inserindo-se na região do Alentejo Litoral.

A história relativa ao concelho de Santiago do Cacém equipara-se à história da vila de Alcácer do Sal.

O estabelecimento de comunidades humanas remonta ao Paleolítico, mantendo-se durante o período do Neolítico.

Os vestígios arqueológicos encontrados referem a fundação da cidade romana de Miróbriga⁴⁰, localizada na colina a este da atual cidade. Miróbriga deveria ser de grandes dimensões, ao invés das pequenas *villae* rústicas, que se encontram por todo o Baixo Alentejo⁴¹. A sua localização, na encruzilhada de diversas vias romanas: uma proveniente de Lacróbriga, outra de Pax Julia, e de Salacia, permitiu que se estabelecesse como um centro de atividade cosmopolita, a par com o desenvolvimento de outras atividades associadas à agricultura e pecuária.

O declínio da cidade decorreu a partir do século IV d.C., com a chegada dos povos islâmicos.

Os achados relativos à ocupação islâmica não são muito avultados, no entanto, toponimicamente foi mantida a associação a este mesmo período através do nome *Kassem* – provavelmente, nome de um governador mouro.

A cidade foi tomada, em 1157, pelos cavaleiros Templários, perdendo-se para o domínio muçulmano no ano de 1185, sendo conquistada pelos cavaleiros espatários, no ano seguinte. Como recompensa, o rei D. Sancho I doou os domínios de Santiago à ordem, motivo pelo qual se passou a designar por *Santiago*, acrescentando-se posteriormente o nome de *Kassem*, para se distinguir de outras vilas com o mesmo nome.

⁴⁰ ALMEIDA, D. Fernando de – *Ruínas de Miróbriga dos Célticos (Santiago do Cacém)*. Setúbal: Edição da Junta distrital de Setúbal, 1964.

⁴¹ Dando origem aos Montes Alentejanos.

Todavia, a reconquista definitiva de Santiago do Cacém só ficaria concluída em 1217, após nova recuperação do território ao poder almóada, que o tornou a dominar a partir de 1191.

Na primeira metade do século XIII, o ênfase foi colocado no avanço da Reconquista, e só no período dionísio se procurou definir o papel das ordens religiosas, nomeadamente através do estabelecimento dos seus domínios territoriais.

O caso de Santiago do Cacém foi pouco comum, uma vez que D. Dinis permitiu o escâmbio do território, entre os espatários e a princesa bizantina D. Vataça, que procuraria enriquecer os seus domínios (Santiago do Cacém e Panóias).

Com o interregno de 1383 e 1385, o mestre da Ordem de Santiago apoiou as pretensões do Mestre de Avis à Coroa portuguesa, e como tal foi invadido pelas tropas de Castela. Veio a ser libertada posteriormente, por D. Nuno Álvares Pereira.

Relativamente ao período seguinte da história de Santiago, as fontes são pouco esclarecedoras.

A proximidade do porto de Sines ter-lhe-á granjeado algum desenvolvimento, durante o período dos Descobrimentos, mas a sua localização e matérias-primas pouco contribuíram para que se destacasse no panorama nacional.

No período durante o qual Portugal esteve sob o domínio espanhol, D. Filipe II doou o castelo à família dos Duques de Aveiro, pelos serviços prestados, descendentes ainda do legado deixado por D. Jorge aos seus filhos, no século XVI.

Com o grande terramoto de 1755, também a zona do Alentejo Litoral foi afetada, ficando grande parte da cidade destruída. Em 1759, Santiago do Cacém é incorporado nos domínios pertencentes à Casa Real.

A reconstrução da cidade fez-se a pouco e pouco, podendo, ainda hoje observar-se as ruas ladeadas por casas dos finais do século XVIII e do século XIX, a grande maioria tendo o nome da família a que pertencera. A vila foi elevada a concelho no ano de 1852.

O final do século XIX trouxe a instalação dos caminho-de-ferro em Portugal, trazendo um novo surto de desenvolvimento a algumas cidades. Só durante o Estado

Novo, em 1934, chegou o comboio à região, contribuindo para uma nova abertura e maior facilidade de comunicação com outras localidades.

Hoje em dia, no século XXI, Santiago do Cacém é uma zona de passagem entre as pequenas “Herdades” alentejanas situadas no interior do Baixo Alentejo, que mantem o seu aspeto de vila alentejana, com os edifícios caiados de branco com as barras azuis e amarelas.

Castelo de Santiago do Cacém

Sobre uma das colinas de Santiago do Cacém ergue-se a estrutura militar, outrora construída para controlar todo o território envolvente, tal qual a grande maioria das fortalezas construídas durante o período medieval.

A escolha da sua situação geográfica remonta ao período islâmico, pois a fundação da cidade romana fora na colina oposta.

A datação relativa ao início da construção militar é quase inexistente, sabendo-se, porém, que o núcleo inicial era de reduzidas dimensões, cingindo-se à área hoje identificada como o Paço da Alcáçova. Sobre o período da sua construção as informações são inexistentes, podendo ter sido construído no período omíada ou seguintes. Com certeza, no final do século XII, e após a primeira conquista da cidade pelas tropas cristãs, os almóadas introduziram alterações na estrutura, através do reforço da mesma. Consequência dessas alterações estruturais foi a construção da torre albarrã, no ângulo oeste do Paço da Alcáçova.

No período gótico, novas obras são realizadas, dada a necessidade de ampliação do espaço, com o crescimento da vila e aumento da população. Das inovações introduzidas destaca-se o reforço da muralha, que por razões de vulnerabilidade, passou a ser intercalada (com espaçamento de cerca de 8 metros) por torreões, com maior frequência, sendo estes por suas vez intercalados por cubelos. A simultaneidade das soluções encontradas, no que à planta das torres diz respeito, permite compreender a origem muçulmana da fortificação, mas também a sua eficácia, que influenciaria a configuração das torres, no decorrer dos séculos seguintes.

No final do século XV e início do século XVI, algumas obras foram feitas no castelo, com a ampliação da torre de menagem e a ampliação do Paço da Alcáçova.

Contudo, segundo as visitas do início do século XVII, as obras não tiveram o efeito pretendido, uma vez que a estrutura do castelo estava em ruínas e foi exigido que fosse restaurada e habitada pelo alcaide.

Na sequência do terramoto de 1755, e a necessidade de reconstrução da Igreja Matriz, a zona do castelo volta a ser reativada, e muitas famílias abastadas escolhem o local para edificarem as suas habitações.

Durante o século seguinte, o cemitério passou a ser instalado na área interior do castelo, ali permanecendo até aos dias de hoje.

Em 1930, e à semelhança do que aconteceu um pouco por todo o país, a DGEMN iniciou novas obras de restauro, sobretudo da muralha, responsáveis pelo aspeto que chegou até à atualidade.

O castelo tem hoje uma planta trapezoidal, delimitada pelas muralhas, interrompidas por doze torres. A entrada faz-se pela parte sudeste, próximo da Torre do Anjo, onde se localiza uma passagem para o interior, dando acesso ao perímetro ocupado pelo cemitério e ao antigo Paço da Alcáçova, totalmente em ruínas. Destaca-se deste último, o símbolo da Ordem de Santiago, desenhado na parede a sul, e a torre de menagem, de forma redonda, adossada à parede, no ângulo a noroeste.

Retornando à entrada, e à mesma próximo da Torre do Anjo, passando sob um arco, inicia-se o percurso em torno das muralhas. Existe uma primeira muralha retilínea, que acompanha o desenvolvimento da segunda linha de defesa, onde estão as torres e cubelos responsáveis pela defesa do perímetro central.

A acompanhar a primeira linha de defesa existe um adarve, com uma plataforma de cerca de 1 metro, que permitia a deslocação para defesa, entre as aberturas criadas pelos merlões largos e retangulares. O pano de muralhas desta não é regular, sendo alternado por reentrâncias e saliências, nos locais onde a muralha da segunda linha é recta e onde avança uma torre, respetivamente.

A primeira torre tem a designação de Torre da Vila, e é circular, seguida da Torre de S. Sebastião ou dos Cães, com um aspeto semelhante, precedida no ângulo da Torre de S. Pedro. Esta última trata-se na realidade de um cubelo, cuja gola era fechada, não permitindo a entrada fácil das hostes inimigas no recinto. No topo norte, segue-se a

Torre da Má-Hora, de forma retangular, seguida da Torre Real, localizada no angulo noroeste da fortificação. A forma da Torre Real é a de um verdadeiro baluarte, sendo a mais complexa de todas, pela sua vulnerabilidade, uma vez que à sua frente não existia qualquer obstáculo que impedisse o ataque. A sua forma com o angulo exatamente no centro, permite a dispersão do ataque e da defesa, permitindo o tiro flanqueado; na boca do baluarte, uma saliência de cada lado permite a ligação à estrutura fortificada, e ao mesmo tempo, a criação de uma zona resguardada. Seguem-se duas novas torres, a Torre do Dependurado e a Torre de Sines, ambas circulares e localizadas no lado oeste, permitindo alcançar Sines. A sul duas torres retangulares, a Torre do Meã e a Torre do Sol, próxima, esta última, da Porta do Sol, portal lateral que dava acesso à Igreja Matriz. Já em frente à fachada da Igreja Matriz, e por último, a Torre de São Brás.

A área fortificada que chegou aos nossos dias foi fruto de diversas alterações, dificultando a sua leitura, pois são poucos os vestígios que conserva da época inicial de construção, no entanto o significado mnemónico que encerra em si é primordial para a conservação daquele espaço e associação da sua importância na época medieval.

Igreja Matriz de Santiago do Cacém

O Alto-Relevo de Santiago Combatendo os Mouros

A igreja Matriz de Santiago do Cacém localiza-se no interior do recinto amuralhado, junto do limite da muralha, na parte este .

A sua construção inicial remonta à época medieval, e a sua localização seria junto à alcáçova. À semelhança do que aconteceu um pouco por todo o país, a escolha do local deve-se à reconversão do espaço religioso anterior. Todavia, contrariando o que sucedia, a igreja ficou sob a devoção do apóstolo Santiago ⁴².

A construção da igreja remonta ao período da reconquista, após a segunda tomada desta parte do território pelos Templários e Espatários, no início do século XIII. Contudo, com o crescente desenvolvimento da zona, houve uma necessidade de ampliação do espaço religioso, tendo este sido transferido para a zona próxima das muralhas, cobrindo uma parte do percurso amuralhado. O edifício sofreu diferentes remodelações ao longo dos séculos, nomeadamente em 1530, 1678, 1756 – após o grande terramoto -, 1791 (atestado pela inscrição na fachada)⁴³ e 1902, na sequência de um incêndio⁴⁴.

A igreja divide-se em três naves, intercaladas por colunas octogonais, com fustes decorados com motivos zoomórficos e vegetalista, ligadas por arcos quebrados. A anteceder as naves um subcoro, com azulejos em tapete, policromos, do final do século XVII e, do lado esquerdo, o alto-relevo de Santiago Matamouros. Nas naves laterais, abrem-se altares de reduzidas dimensões, com devoções diversas. O altar-mor reentrante, é antecedido de dois altares, no transepto pouco profundo.

Verifica-se que apesar das remodelações, nas diferentes épocas, o essencial da estrutura românico-gótica foi mantida, destacando-se a Porta do Sol, a oeste. A porta é ladeada por três arquivoltas, em arco quebrado, que assentam em fustes, sendo a central

⁴² De acordo com André de Resende, a cidade fora tomada no dia do Apóstolo Santiago, aproveitando a situação para nomear o sítio e a igreja, após a reconquista.

⁴³ De acordo com inscrição sob a entrada principal.

⁴⁴ *Guia de Portugal* (dir. Sant'anna Dionisio) - Estremadura, Alentejo e Algarve. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Vol. II. P9.

a única a ser suportada por um colunelo. Os fustes estão decorados com motivos vegetalistas e zoomórficos, à semelhança dos do interior da nave central. Todo o portal está inserido numa estrutura triangular, ladeada por o que resta de dois contrafortes, encimados por duas cruces.

A fachada principal remonta ao final do século XVIII⁴⁵, devido à necessidade de reconstrução do espaço religioso, após os danos causados pelo grande terramoto, é antecedida por uma escadaria, ladeada no topo por duas vieiras e a cruz da Ordem dos Espatários.

No interior da igreja, além da sua estrutura medieval destaca -se uma das obras de vulto da escultura medieval portuguesa, o retábulo de *Santiago combatendo os Mouros*.

Sobre a origem desta obra poucas certezas há, levantando-se várias hipóteses.

Segundo uma das hipóteses apresentadas⁴⁶ o retábulo fora encomendado enquanto a região ainda estava sob o domínio muçulmano, e fora transportado para o interior do castelo, para que não fosse destruído, durante o período em que a região foi perdida para as forças muçulmanas⁴⁷. A descoberta de peças de cariz religioso em regiões de fronteira era comum. As peças assumiam uma função protetora, sendo transportadas de uma zona para a outra, consoante o avanço ou recuo do processo de Reconquista.

Contudo, os estudos efetuados permitem datar a peça de meados do século XIV, não coincidindo com o decorrer da tomada de território, sendo posta de parte esta primeira possibilidade.

As duas hipóteses que se suguem são mais passíveis de corresponderem à realidade, pelas razões cronológicas apresentadas, datando ambas do século XIV, todavia diferindo no responsável pela encomenda da obra.

⁴⁵ Segundo inscrição sobre o portal “1791”

⁴⁶ FALCÃO, Bernardo – *Memórias sobre a antiga Mirobriga*. Lisboa: SA. 5ºVol.

⁴⁷ FALCÃO, José António ; PEREIRA, Fernando António – *O alto-relevo de Santiago combatendo os Mouros da Igreja Matriz de Santiago do Cacém*. Santiago do Cacém: Câmara Municipal de Santiago do Cacém. 2001. P. 13

As incertezas relativas ao patrocinador da obra são muitas, no entanto, faz sentido que a própria ordem militar espatária se destaque, por razões de afirmação do seu poder na região e de implementação de obras devocionais, que se relacionassem diretamente com a sua ação na região.

Embora seja plausível, a possibilidade da encomenda ter sido feita pela princesa bizantina – D. Vataça de Lascaris – parece ser a mais verosímil. D. Vataça Lascaris chegou a Portugal na comitiva que acompanhava D. Isabel, para se casar com D. Dinis. Entre a princesa bizantina e a rainha estabeleceu-se uma relação de amizade e vassalagem⁴⁸, atestadas pela sua conduta diplomática no seio da corte portuguesa e culminando com a sua nomeação como camareira-mor de D. Constança, retornando D. Vataça à corte aragonesa. Durante o período em que esteve ao serviço da infanta, foi favorecida com algumas doações territoriais, nomeadamente os senhorios de Villalar e Pedraja, bem como o castelo e vila de Huelva. No ano de 1310, fizera um escambo com a Ordem de Santiago, trocando a vila de Villalar pelas vilas de Santiago do Cacém e de Panóias. Em 1317, regressou ao reino português, tendo vivido na alcáçova do castelo de Santiago do Cacém até 1332. Eram frequentes as suas deslocações até Coimbra, para ir ao encontro da rainha D. Isabel.

A ação desenvolvida por D. Vataça no enobrecimento das terras que lhe pertenciam e esforço de valorização dos espaços religiosos⁴⁹, corroboram a hipótese de que o alto-relevo de Santiago combatendo os mouros tenha sido uma encomenda feita pela princesa, enquadrada nesta sua política.

O alto-relevo de *Santiago combatendo os Mouros* destaca-se no contexto da história da arte portuguesa pelos poucos exemplos com o mesmo cariz que chegaram até aos dias de hoje.

A obra foi esculpida num bloco de calcário (proveniente da região entre Leiria e Santarém⁵⁰) medindo 1,65 m de altura por 2,47m de largura. As suas dimensões e

⁴⁸De acordo com o que é referido na obra supracitada. P19

⁴⁹A cabeça-relicário de São Fabião, pertencente à Igreja de S. Pedro de Panóias, doada pela princesa bizantina, atesta este seu esforço de valorização dos espaços sobre o seu domínio.

⁵⁰Ob. Cit. P.53

forma escolhida para representação permitem afirmar que se destinava a um local de destaque, nomeadamente o altar-mor da igreja, que funcionava – à semelhança do que aconteceu com outros casos – como uma “máquina litúrgica”⁵¹.

A leitura do alto-relevo é feita da esquerda para a direita, podendo dividir-se em duas partes: a primeira, do lado esquerdo, onde Santiago ocupa toda a cena; e a segunda, onde seis cavaleiros mouros se submetem à presença do Santo. A grandiosidade com que Santiago é representada, a cavalo, assemelha-se às figuras de Cristo em Majestade, representadas no românico português, nos tímpanos dos principais pórticos de diversos templos. O Santo detém um papel protetor e combativo face ao infiel. Os detalhes iconográficos facilmente permitem a identificação do santo, na mão direita a espada, na esquerda um estandarte com o símbolo dos espatários. Por oposição a este domínio da força e representação de coragem, à direita, seis guerreiros mouros submetem-se à investida de Santiago, dois deles são submetidos pela força do próprio cavalo que os espezinha, enquanto os restantes correm em debandada, vendo-se somente o quarto traseiro dos seus cavalos a dirigirem-se para fora da cena. Os cavaleiros mouros são representados a empunhar os escudos (subdivididos) e espadas, cada um, vestidos com uma veste de capuz, comum aos sacerdotes muçulmanos. De salientar, o nó na cauda de um dos cavalos sarracenos, utilizado no Norte de África e que revela o conhecimento desta cultura pelo artista.

O ar enlevado de Santiago, que dirige o olhar para o alto, contrapõe-se às expressões aterrorizadas/enraivecidas dos guerreiros mouros, personificando esta representação a luta do bem contra o mal, tão representada na iconografia medieval.

Além da qualidade iconográfica, importa salientar as diferentes técnicas capazes de conferir expressividade dramática à cena. Destacam-se o trabalhado da pedra, ora alta, ora baixa, que permitia criar um jogo de luz e sombra (de acordo com o antigo enquadramento, no espaço românico-gótico); bem como o tratamento do bloco calcário, que permitiu a criação de diferentes texturas, nomeadamente através das pregas dos panejamentos, ou das barbas e cabelos e também dos pelos dos cavalos. Uma outra

⁵¹ PEREIRA, Paulo –*Arte Portuguesa: História essencial*. Maia: Circulo de Leitores, Temas e Debates. 2011. P.341.

técnica, já menos perceptível, foi a da utilização da policromia, que conferia maior realismo e sentido iconográfico à obra.

As dimensões da obra, e a atestar pela visita feita em 1517, permitem compreender que a escultura se encontraria num ponto de destaque, no altar principal. Contudo, com as alterações feitas ao longo dos últimos séculos, o retábulo acabou por ficar desenquadrado, encontrando-se hoje à entrada do lado esquerdo, sob o coro. Contudo, e após as obras levadas a cabo já no século XX⁵², esta obra, juntamente com a estrutura central da igreja, permitem evocar o seu passado medieval.

10. Mértola

Mértola está localizada no interior do território português, a 235km da cidade de Lisboa, a este do Baixo Alentejo, junto à fronteira com Espanha.

A ocupação da cidade remonta à Idade do Ferro, período do qual data a construção das primeiras muralhas, com uma extensão capaz de rodear todo o núcleo urbano.

A urbe mertolense crescia, devido à importante via fluvial próxima, que permitia a comunicação com todo o Mediterrâneo – o rio Guadiana.

A sua localização na margem direita deste rio permitiu retirar proveito das condições naturais oferecidas, gerando um próspero crescimento baseado nas trocas comerciais com o Mediterrâneo e o Norte de África⁵³.

Sob o domínio romano, a Myrtilis – nome pelo qual era conhecida a cidade - desempenhou um papel fundamental na luta empreendida contra os lusitanos, sendo uma importante praça estratégica para o domínio da zona oeste da Península Ibérica. No século I a. C. a cidade cunhou moeda, sendo tal facto revelador da importância política que deteve durante a romanização. Além disso, o porto de Odiana era um importante local de chegada de produtos de todo o império, mas também de exportação de cereais e minérios, pois ali afluíam o resultado da exploração dos centros mineiros de S.

⁵²Obras essas que descaracterizaram a igreja.

⁵³Deste período foram encontrados vestígios cerâmicos produzidos noutras zonas da costa mediterrânica, nomeadamente cerâmica grega, do século V a. C., bem como ânforas fenícias.

Domingos e Aljustrel. A actividade industrial estava associada à indústria de salmoura, facto de que dão conta as recentes escavações realizadas, próximo do antigo porto, onde foram encontrados antigos tanques romanos.

Nos séculos V a VIII d. C., durante a Antiguidade Tardia, a cidade é renovada; procede-se à melhoria do sistema defensivo e as relações estabelecidas com o Mediterrâneo reforçam-se. A construção de uma basílica extramuros, na via que ligava Myrtilis a Paz Julia, no século V d.C., permite, pela sua decoração, estabelecer um paralelismo com outros edifícios construídos no norte de África.

Durante a ocupação árabe, o valor estratégico da cidade é reconhecido quando, no século XI, é capital de um pequeno reino taifa. No século seguinte, durante o período Almorávida e Almóada, Martula foi uma importante praça militar, que, outra vez, desempenha um papel primordial na manutenção do espaço ocupado pelas comunidades islâmicas. Neste último período da ocupação moura, importantes alterações estruturais foram levadas a cabo no perímetro urbano⁵⁴, sendo posto a descoberto vestígios cerâmicos provenientes de vários pontos do Mediterrâneo, o que atesta a manutenção da importância do porto do Guadiana, mas o constante contacto com outras culturas.

A reconquista chega a Mértola em 1238, tendo esta sido tomada por Paio Peres Correia, durante o reinado de D. Sancho II. A cidade situava-se numa zona de grande tensão, cuja localização estratégica exigia o reforço das suas defesas militares. Como tal, é doada aos Cavaleiros da Ordem de Santiago de Espada, em 1239, que transferem a sua sede para o local e ali permanecem até 1316.

No final do século XIII, terminada a reconquista, D. Dinis enceta uma política de definição da fronteira com o reino de Castela, perdendo a cidade a sua função militar estratégica, acabando por entrar num período de decadência.

Nos séculos que se seguem, XV até ao XVI, o reino prospera e Mértola participa nesse crescimento económico. A produção cerealífera desencadeia parte deste crescimento, que, por sua vez, reativa o Guadiana e as ligações comerciais estabelecidas com a costa algarvia, o norte de África e a cidade de Lisboa.

⁵⁴ O museu de Mértola, localizado nos Antigos Celeiros da Casa de Bragança, alberga uma colecção de Arte Islâmica.

A situação inverte-se no final do século XVI, iniciando-se novo período de decréscimo da produção e um novo ciclo de declínio.

Castelo de Mértola

O núcleo urbano da vila medieval conheceu, invariavelmente, diversas alterações, após a apropriação dos terrenos por parte das tropas cristãs.

O amuralhamento da cidade de Mértola remonta à Idade do Ferro, referindo-se Ptolomeu, no século II, ao *oppidum*. Esta muralha inicial tinha 5 metros de largura e estendia-se por 4 km, a sua construção desenvolveu -se em dois momentos diferentes: uma primeira parte, iniciou-se entre o século VII a V a. C., enquanto a segunda se desenvolveu na primeira metade do século III a.C.

Num período posterior, procedeu-se a um novo amuralhamento da área circundante do ponto mais alto da cidade, é essa muralha conhecida como muralha da Vila Velha. Devido à reutilização dos materiais de alvenaria não é possível datar com total certeza a construção da totalidade da muralha, no entanto o pano a norte data dos séculos IV e VI, com alterações mais tardias, durante o domínio islâmico e cristão. A extensão da muralha é de cerca de 1000 metros. A sua construção moldou -se à morfologia do terreno e, irregularmente, foram erguidos torreões rectangulares. A muralha tinha três portas que permitiam o contacto com o exterior: a Porta Falsa, a Porta da Ribeira e a Porta de Beja⁵⁵.

Relativamente ao castelo que se ergue no topo da colina, a sua construção data do final do período islâmico (século X/XI), coincidindo com as dinastias almorávida e almóada, período no qual Martula adquiriu elevada importância estratégica.

Em meados do século XII, é construída na torre sul um ribat, reforçando a função militar do conjunto, e par ao final do mesmo século, procede-se à reconstrução de parte da cerca que se encontrava danificada e que circundava a povoação.

O perímetro da Alcáçova do Castelo é delineado por uma muralha, cuja planta é em forma de quadrado irregular, apresentando em cada vértice duas torres. Adossada ao

⁵⁵ A.A.V.V. – Mértola nas rotas comerciais do Mediterrâneo: de cidade portuária a vila museu (Itinerário Cultural). Mértola: Câmara Municipal de Mértola, 2010.

pano de muralhas, além do adarve (no interior) está a torre de menagem, construída na parte exterior das mesmas, no lado nordeste. A torre de menagem tem cerca de 30 metros de altura, com dois pisos, e a entrada é envolta por um arco quebrado. A noroeste localiza-se a Porta da Traição, protegida por uma barbacã. A sudoeste está a torre da Carocha, que permite o acesso ao adarve através de escada. Na zona noroeste, destaca-se a existência de um revelim.

Após a tomada da cidade pelo mestre Paio Peres Correia e da atribuição do foral à cidade (1254), em 1292, a muralha do castelo foi reconstruída e a torre de menagem erguida, por ordem do mestre João Fernandes. As alterações estruturais que ocorreram tiveram subjacentes os novos parâmetros góticos, da defesa ativa e passiva, pelo que se pode observar a instalação de um balcão de matacões, na torre principal.

Devido à instalação da Sede da Ordem de Santiago no local, a estrutura foi adaptada às novas funções militares, procedendo-se à criação do alojamento para instalação dos freires, e uma capela dedicada a Santiago foi construída.

No início do século XIV, a alcáçova é reconstruída, reparando-se também a torre da Carocha e a cerca. Após a Reconquista, a maioria das obras feitas no castelo são sobretudo de recuperação das estruturas, não sendo alterada a fisionomia do período almóada.

No século seguinte, são levadas a cabo novas obras no perímetro amuralhado e a alcaidaria é construída, próxima da torre de menagem, assim como estábulos, cozinhas e casa de morada do alcaide pequeno⁵⁶.

Em 1512, é concedido novo foral pelo rei D. Manuel. Neste período, o conjunto do castelo e das estruturas adjacentes encontra-se em ruínas, fruto da nova mentalidade, na qual o alcaide era transferido para o centro da vila, conforme aconteceu⁵⁷.

Durante os séculos seguintes, o castelo faz parte da primeira linha de defesa do reino, até ao século XVIII, época em que perde a sua função militar estratégica.

⁵⁶BOIÇA, Joaquim – Topografia Histórica de Mértola. As ocupações funcionais do terreno junto à Porta da Ribeira, da época medieval à contemporânea: Capela de Santiago – Igreja da Misericórdia – Espaço Museológico in *Arqueologia Medieval*. SL: Edições Afrontamento, 1993. P.49

⁵⁷*Ob. Cit., Ibidem.*

Igreja Matriz

Durante a época pré-romana, Mértola destacou-se como um importante entreposto urbano, em contato permanente com outros povos, responsáveis pelo estabelecimento de rotas comerciais, pelo Mediterrâneo.

O estabelecimento da cidade obrigou à construção de infraestruturas vitais à manutenção da mesma, nomeadamente o estabelecimento de locais de culto. Contudo, os indícios arqueológicos não permitem, com precisão, avançar com os locais escolhidos para o culto. Foram, no entanto, localizadas várias necrópoles.

Do período seguinte, situado entre os séculos V e o IX d. C., reconhece-se a importância que a basílica paleocristã, localizada no Rossio do Carmo, deteve.

No entanto, deveria ser no espaço da acrópole e palatino, que estaria situado o templo principal, dedicado, inicialmente, ao culto das diferentes divindades romanas e, posteriormente, ao culto imperial. Esse edifício é hoje identificado com a Igreja Matriz.

A apropriação do espaço por diferentes povos transformou os edifícios, adaptando-os às necessidades dos novos conquistadores e reintegrando-os na malha urbana e na manutenção do fluxo urbano. Assim, o edifício que chega até aos nossos dias, é fruto de diversas transformações.

A associação feita ao período romano é estabelecida pela incorporação no edifício de alguns entablamentos romanos, com inscrições e decorações clássicas, bem como pela localização próxima do local onde se situava a acrópole romana, situando-se na área contígua ao fórum romano e à antiga zona palatina.

O edifício foi adaptado a santuário muçulmano entre os séculos VIII e IX, permanecendo com o mesmo aspeto até à intervenção levada a cabo no período almóada. A construção da mesquita terá sido inspirada em outros locais de culto marroquinos⁵⁸, durante o período de afirmação do poder almóada, sendo contemporâneo do bairro islâmico do século XII, encontrado próximo da alcáçova.

58 Apresenta semelhanças com o Templo de Tinmal, retirado de A.A.V.V. – Mértola Mesquita/Igreja Matriz. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2002. P.21

A mesquita, do período islâmico, teria uma planta quadrangular, dividida em cinco naves (cada com telhado de duas águas), o tecto era forrado por madeira policroma. As entradas existentes eram cinco, todas emolduradas por arcos em ferradura. No interior, descobriu-se na década de 40 do século XX, o mihrab, localizado a sudeste, seguindo o estabelecido nos períodos almorávida e almóada.

O mihrab tem uma planta octogonal, articulando-se em três zonas: soco liso, arcaria cega e uma cúpula. A cobertura é feita por uma abóbada em quarto de esfera, forrada em fiadas de tijoleira horizontais. A decoração era em gesso, apresentando-se bastante danificada, e consistia em três arcos polilobados, cegos⁵⁹.

Do aspeto exterior, destaca-se a existência de uma torre, com cerca de 10,5 m, adossada ao muro, a noroeste, encimado por uma torreta.

Após a tomada em 1238, a ordem de Santiago instalou -se na antiga alcáçova, e dada a situação económica desfavorável em que a região se encontrava, não foram empreendidas novas construções.

O centro da urbe, entretanto, deslocou-se para próximo do rio, o que cria a necessidade de abertura de um novo portal principal, a sudeste. Tal alteração, implicou a alteração da orientação da igreja, deslocando-se o altar para nordeste. Contudo, a primeira visitação, determinou nova mudança dos altares para a zona próxima do mihrab, para sudeste. Outra das imposições foi a construção de uma sacristia, que já estava pronto aquando da segunda visitação, em 1515.

A visitação de 1515 refere que a maioria das diretrizes formuladas na primeira visitação de 1482, foram concluídas⁶⁰.

59 Ibidem, p. 28.

60 *E a dita igreja he de çimquo naves fumdada sobres arcos e esteos de pedra E cada nave tem seis arcos/ E tem de comprido treze Varas e mea E de largo xbj E he toda madeirada E oliuellada per çima E per alguns lugares o forro estaa Velho E em partes novo. (...) E o portal principal he de pedrarja/ E o da porta travessa he de tijolo sobre dous marmores de pedra E aa porta travessa estaa huua torre E em çima huum campanário com dous sinos me'aos huum mayor que outro E tem huua escada em caracol// E aa parte esquerda do altar moor estaa huum samcristia de pedra E caal.* – BARROS, M^a de Fátima Roumbouts, BOIÇA, Joaquim Ferreira, GABRIEL, Celeste – As Comendas de Mértola e

Das segundas visitasões, decidiu-se a construção de um retábulo, que acabaria por ser substituído por pinturas murais, dados os elevados encargos necessários para a elaboração de outras obras na igreja, nomeadamente a construção do coro-alto. Sabe-se que a torre, anteriormente encimada por uma torreta, fora transformada em campanário.

Só no ano de 1527 estavam concluídos os principais trabalhos, como a construção do coro-alto, a abertura de uma fresta na zona noroeste e o revestimento do altar com azulejos. Relativamente à torre sineira, os acessos estavam em muito mau estado.

Na terceira década do século XVI, o edifício é reestruturado, conferindo-lhe as obras o aspeto que chegou aos dias de hoje.

As obras alteraram a configuração do espaço, tendo as paredes sido alteadas, e o espaço interior passou a estar dividido em cinco naves. A abóbada que cobria o interior da igreja, é de cruzaria simples de ogiva, que passou a permitir a unificação e, como tal, uma maior amplitude do espaço. Somente a abóbada localizada próximo do altar-mor é de nervuras, em estrelas de quatro pontas, sendo fechada pelo símbolo heráldico da família Mascarenhas. Com o mesmo intuito de perpetuar o patrocínio do comendador, foram elaboradas algumas inscrições com o nome “IOANE”, nas mísulas, próximas da entrada principal. Nas restantes naves, as chaves e mísulas são decoradas com elementos vegetalistas. A suportar a abóbadas, destacam-se as doze colunas, duas delas com capitéis utilizados no século IX, as restantes com decoração que remonta ao final do período gótico. O altar-mor foi também alvo de remodelações, passando a ser , a abertura que o antecede, em forma de vieira. O retábulo exposto era relativo à padroeira – Nossa Senhora da Anunciação. Existiam ainda outros quatro altares: do lado do Evangelho, o altar do Espírito Santo, do lado da Epístola, ergueu -se um altar dedicado a Santo António. Próximo deste último, estava um altar a S. Cristóvão, na zona sudoeste, enquanto a nordeste, estava o altar com iconografia relativa ao Calvário, num registo superior, e no inferior, uma representação de Santiago combatendo os mouros. O mihrab foi adaptado, e lá se encontra um sacrário quinhentista. Numa tentativa de ocultar a decoração do período islâmico, várias pinturas murais no alçado nordeste.

No exterior, foi construído o telhado com duas águas, e colocado o coroamento mudéjar, bem como na torre foi derrubado o minarete. O portal foi alterado, de modo a enobrecer a entrada no templo. A entrada faz-se pelo portal retangular, com moldura dupla. Destacam-se num primeiro plano dois colunelos, decorados com elementos antropomórficos, zoomórficos e vegetalistas. Sobre os dois colunelos, sobressai o entablamento, com um friso liso, num primeiro nível, sobre um segundo com querubins. Na extremidade do entablamento e a encimar os colunelos, erguem-se dois pináculos. As obras decorreram com alguma lentidão, ficando a obra concluída já após a morte do comendador João Mascarenhas (1555), no ano 1565⁶¹.

Sobre a torre sineira, crê-se que aquela que hoje ainda existe foi construída no século XVIII⁶².

Embora a igreja tenha sofrido alterações nos séculos seguintes, prevaleceram as alterações do século XVI, que permitiram a transformação do espaço, e ao mesmo tempo a manutenção dos seus elementos fundadores.

⁶¹ *Ob. Cit.* P.73

⁶² *Ob. Cit.* P.76

11. Palmela

A vila de Palmela localiza-se na Península de Setúbal, no concelho de Setúbal e está situada a cerca de 90 Km da cidade de Lisboa.

A história anterior ao período da Reconquista cristã é muito vaga, uma vez que os artefactos arqueológicos encontrados não permitem estabelecer uma ordem cronológica com sentido e, a partir da mesma, entender-se a importância daquele local.

As fontes escritas são também pouco claras, mencionando-se a vila a propósito da tomada de outros territórios, como foi o caso da de Alcácer do Sal, durante o período emiral.

Sabe-se, no entanto, que a ocupação da área remonta ao Paleolítico Médio e durante o Neolítico. Estudos levados a cabo durante o século XIX e XX, dão conta da existência de um pretor romano, no século III a.C./ IV a.C., responsável por Palmela, de seu nome Aulio Cornélio Palma. O nome do pretor daria origem à designação da vila – Palmela.

Do período romano, foram encontrados vestígios arqueológicos relacionados com aspetos militares, o que é revelador da importância que o local deteve, no controlo das principais vias romanas e dos acessos às principais cidades, como foi o caso de Lisboa. Esta necessidade de controlo e vigilância, situar-se-á no século III, que coincidiu com a instalação de pequenos postos de vigia, espalhados um pouco por toda a Arrábida⁶³.

A chegada dos povos árabes à região assemelha-se ao que se passou com outras áreas ocupadas, os espaços foram transformados e adaptados às necessidades dos novos ocupantes. A abundância de água foi uma mais-valia para o estabelecimento de população, bem como para o desenvolvimento de atividades agrícolas. De acordo com investigações, percebe-se o estabelecimento de uma medina árabe, nas imediações do *hisn*, que seria o centro de controlo político-militar. Contudo, verifica-se que durante este período, a localização estratégica no topo de um cerro, prevaleceu sobre a importância do desenvolvimento de qualquer outra atividade. Balmalla desenvolveu-se

⁶³ FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira – *O Castelo de Palmela: do islâmico ao cristão*. Lisboa: Edições Colibri. 2004. P.236

como entreposto estratégico, dependente de outras cidades, nomeadamente Lisboa e Alcácer do Sal.

Assim, no século XII, com a chegada da Reconquista a Lisboa, a rendição do castelo de Palmela, bem como o de Sintra, foi pacífica. Os castelos renderam-se, sem que fosse necessário recorrer ao uso das armas, confirmando-se a condição de subordinados, face a outras grandes medinas.

Entre os anos de 1147 e 1165, a informação é vaga, sabendo-se, porém, que o castelo voltou a estar sob o poder mouro. Retornou ao poder cristão por volta de 1165, pois em 1170 foi-lhe atribuído foral.

Palmela foi entregue à Ordem de Santiago de Espada, em 1186, por D. Sancho I. Houve, no entanto, um retrocesso das tropas cristãs, por esta altura, com as investidas de Al-Mansur, e Palmela só viria a ser recuperada nos primeiros anos da década de 90, do século XII. Este facto é bastante relevante, uma vez que Alcácer do Sal permaneceu sob o domínio muçulmano. Assim, a posição de Palmela destacava-se na preparação da estratégia de ataque.

A maioria dos historiadores afirma que o Convento de Santos-o-Velho terá sido a primeira cabeça de ordem, seguindo-se do de Alcácer do Sal, anos mais tarde. O papel fundamental de Palmela, através da sua localização, próxima da fronteira com o inimigo e bem posicionada no cimo de uma elevação, não pode ser descurado. Como tal, Isabel Fernandes⁶⁴, assim como Rui Azevedo⁶⁵, afirmam que Palmela foi a primeira cabeça-de-ordem dos cavaleiros espatários, durante o período em que Alcácer continuava nas mãos do inimigo.

Em 1217, a sede seria então transferida para Alcácer do Sal, mas como o processo de reconquista não estava ainda terminado, foi necessário a manutenção de guarnições em determinados locais, como parte de uma estratégia de vigilância e defesa.

No século XIII, já após 1243, o castelo acabaria por desempenhar uma função secundária na manutenção da segurança do território. A sede da Ordem estava

⁶⁴ *Op. Cit.* P. 287

localizada nos território a sul, desta vez em Mértola, desde 1238. Durante o reinado de D. Dinis, é elevada a vila, no ano de 1323.

Só no final do século XV, com a nomeação do Mestre D. Jorge, Palmela voltaria a desempenhar um papel principal no seio da ordem espatária, passando a vila a albergar a sede da ordem militar, desde então.

Entretanto, a concorrer com o desenvolvimento da vila, destaca-se o papel de Setúbal, que passou a deter uma maior importância, a nível económico.

O domínio filipino, com a aglutinação do cargo de mestre na figura do rei, e a relevância secundária que Portugal passou a deter, a vila e os edifícios pertencentes ao complexo do castelo permitiam entrever a passagem do tempo, através do estado de ruína em que muitos dos edifícios se encontravam. A instabilidade política do século seguinte, e a necessidade de planificar uma estratégia de defesa do reino, durante o período da Restauração, contribuiriam para reanimar a vila, através da instalação de guarnições no castelo.

Os inquéritos a que se procedeu após o terramoto de 1755, permitem entender a pouca urgência que se deu à reconstrução da vila. Com a extinção das ordens religiosas no ano de 1834, a importância de Palmela acabaria por se esbater.

Assim, se num período inicial da sua ocupação, a localização no topo de um monte lhe conferia um significado estratégico, no final do século XVIII, pelo contrário, Palmela acabaria por ser prejudicada pela sua localização isolada.

Castelo de Palmela

O castelo de Palmela localiza-se a uma altitude de 250 metros, sobre o cume de uma elevação, cuja vertente norte permite visualizar Serra da Arrábida.

A primitiva construção remonta à fase islâmica, durante o período dos omíada. Após várias investigações, não se exclui a hipótese de uma construção de pequenas dimensões romana, para utilização militar.

O núcleo central do castelo situa-se na área encostada ao termo sudeste da construção, desenvolvendo-se no sentido este-oeste. A sua planta é irregular, acompanhando a topografia do terreno.

A porta de entrada para o perímetro primitivo localiza-se à direita da Igreja de Santa Maria, é encimada por um arco quebrado, permitindo o acesso à alcáçova, protegida por diversas torres, uma das quais a de menagem. Na muralha sul, três torres, espaçadas regularmente, as duas das pontes de maiores dimensões e mais salientes e a do meio mais discreta e de menores dimensões. A norte, novamente três torres, excluindo a torre de menagem, com espaçamento semelhante às da parte sul. Assim, à torre de maiores dimensões a sul corresponde uma torre semelhante a norte, seguindo-se duas torres de menores dimensões, a meio da muralha, a mediar o espaço até à torre de menagem.

No sentido oeste-este, abre-se a praça de armas, com uma área equivalente à da alcáçova. A praça de armas situa-se na parte mais alta, detendo uma posição privilegiada, sobre o panorama que se estende em seu redor. No canto nordeste, destaca-se uma torre de ângulo, de maiores dimensões do que as restantes, por se situar no lado mais vulnerável da construção. A construção, pela técnica empregue, deverá remontar ao século IX, tendo sido reconstruída num período posterior⁶⁶. A partir da torre de ângulo e seguindo-se a muralha para sul, existem vestígios de uma outra torre, de menores dimensões, transformada no século XVII, num bastião de forma triangular. Entre as duas torres, destaca-se uma terceira, ainda com cobertura e de dimensão média.

Próximo da entrada principal para o perímetro da alcáçova, ergue-se a torre de menagem, na fachada norte. A torre de menagem tem 32m de altura, com uma planta

⁶⁶ *Op. Cit.* P.241

pentagonal irregular, eleva-se na direção do antigo povoado. A sua arquitetura facetada compreende-se pela necessidade de criação de estratégias de defesa, tornando-a mais resistente aos impactos. O interior da torre é dividido em três pisos: a primeira sala é coberta por uma abobada de berço, anexada a esta surge uma segunda sala que servia de cadeia, que se situa sobre uma das cisternas existentes no castelo; o último piso é o do terraço, circundado por ameias quadrangulares, espaçadas regularmente, e sob estas várias seteiras.

Neste recinto primitivo, composto pela alcáçova e praça de armas, verifica -se que existe uma maior insistência da construção de torres na vertente norte do que na sul. A vertente sul detinha condições naturais de defesa, por assentar numa escarpa, já a norte, a vertente estava mais vulnerável, exigindo a construção de obstáculos.

No que diz respeito ao espaço da alcáçova, houve uma transformação e adaptação dos espaços para instalação das guarnições cristãs, é desta fase de acomodação que data a construção de um primeiro convento, com um templo associado. Próximo da praça de armas, no lado norte, foram encontrados vestígios que indicam a existência de uma necrópole utilizada nos finais do século XII e a primeira metade do século XIII. A zona localizada a oeste da alcáçova teve uma maior utilização no século seguinte, e terá servido como zona residencial, à semelhança do que acontecera durante o período islâmico, quando foi habitada pelos governadores muçulmanos.

Próximo da torre de menagem, elevava-se a igreja de Santa Maria, no local onde, provavelmente, fora a antiga mesquita árabe.

A informação sobre a primeira construção consta da Visitação feita em 1510. O edifício teria sido fundado no final do século XII, início do século XIII, com uma planta regular, e o material utilizado foi a pedra e a cal. O edifício religioso era formado por três naves, demarcadas por oito colunas, das quais ainda restam algumas bases. No altar-mor, estava um retábulo em madeira com a representação do Espírito Santo, um crucifixo e duas imagens (Nossa Senhora e de S. João), e por trás, seria a Sacristia. No corpo da primitiva igreja, destacam-se um altar a Santo António e um outro a S. Miguel, existiria ainda uma pia batismal e um púlpito.

Após a primeira visita foram tomadas algumas resoluções, no sentido de alterar o aspeto geral da igreja. Uma das alterações mais importantes foi a construção

de uma torre campanária, aproveitando um cubelo da muralha, pois a igreja está adossada à muralha. Esta torre sineira estava coberta com uma cúpula, sobre a qual existia um pináculo. A entrada da igreja também foi alterada, passando a fazer-se por um portal renascentista, que ainda hoje persiste, com um entablamento triangular, suportado por duas colunas, decoradas com motivos vegetalistas, segundo o gosto clássico. No interior da igreja, foram colocados azulejos a forrar o altar-mor, bem como os restantes altares, não só os dois acima mencionados como os outros construídos, entretanto. Nas visitas de 1534, consta já uma descrição das modificações introduzidas.

Na parte oeste do castelo, no final do século XV, terminam-se as obras de relativas à construção de um outro edifício, o do convento. As obras são terminadas no ano de 1482, e o edifício construído detinha uma planta retangular, com um claustro central e três pisos. No piso inferior, ficavam as divisões menos importantes, sendo que nos pisos seguintes ficavam as divisões ocupadas pelos monges – dormitórios e aposentos - subindo a importância consoante a hierarquia.

Nos séculos que se seguem, o mestrado da ordem é transferido para a coroa, o que conduz a uma perda de autonomia, que se agrava durante o domínio filipino. No início do século XVII, alguns dos edifícios, pertencentes ao complexo do castelo, necessitavam de reconstrução, era o caso da Igreja de Santa Maria e do Convento. As obras foram efetuadas, e consistiram na edificação da sacristia e na centralização da capela-mor, no caso da igreja. Relativamente ao convento, o arquiteto do rei, Baltazar Alvares faz um reconhecimento do estado do castelo e do convento, e chega à conclusão que este se encontra em muito mau estado e deverá ser reconstruído, bem como ter mais ornamentação.

Relativamente ao castelo, nos primeiros anos após a recuperação da independência, as muralhas foram reparadas, dada a necessidade de consolidação das defesas do reino. É deste período, que data a construção do sistema abaluartado, construído em torno da vertente norte e prosseguindo pela vertente nascente até à parte sul, bem como do revelim que se situa em frente da porta de entrada, a norte. A comemorar a construção dos baluartes, encontra-se uma inscrição sobre a porta principal, evocando a ação do Duque do Cadaval, que teria mandado construir o sistema, em 1689.

O terramoto de 1755, bem como os vestígios deixados pela passagem do tempo, contribuíram para a degradação das estruturas.

A situação agrava-se com a extinção das ordens religiosas no ano de 1834.

No ano de 1930, a DGEMN procede a obras de restauro da estrutura do revelim nas muralhas que circundam o perímetro inicial, bem como o revelim, que está a proteger a entrada principal. Em 1960, também as muralhas são restauradas, e no final da mesma década, a estrutura conventual é convertida em pousada, função que desempenha até aos dias de hoje. A configuração atual do castelo, remonta à última intervenção feita no perímetro, no ano de 2000.

Igreja de Santiago

A informação relativa à fundação da igreja de Santiago, no castelo de Palmela, é bastante ténue. No entanto, através da análise dos diferentes mestrados e da ação desenvolvida pelos respetivos mestres, compreende-se que a construção da igreja teve início durante o período do mestre D. João I – filho do rei D. João I, Mestre de Avis – em meados de 1440, tendo as obras se prolongado até 1482, durante o mestrado de D. Fernando⁶⁷.

A planta da igreja, desenvolve-se no sentido este-oeste, é composta por dois corpos retangulares, sobrepostos: o de maiores dimensões a formar o corpo da igreja e o segundo, de menores dimensões, adossado ao primeiro, compõe a cabeceira da igreja.

No exterior, o conjunto forma um todo robusto, com seis aberturas: cinco frestas de arco quebrado, que permitem a iluminação, e uma porta lateral. A porta principal abre-se na fachada, enquadrada por uma moldura toreada, semelhante àquela que contorna o óculo situado acima. A entrada é ladeada por quatro colunelos, de cada um dos lados, destacando-se os dois primeiros num primeiro plano, seguidos dos restantes

⁶⁷ Fr. Jerónimo Román afirma: “*Coza más principal, a sinco de Mayo del Año de Mil e quatrocientos, y quarenta e três*”, e sobre a conclusão da sobras “*del Infante Don Fernando hijo de elRey Don Duarte, y el aCabó la Iglesia que oy tiene el Convento, y prociguó las oficinas, las quales aCavó despues el principe Don Juan que también tuvo el Maestrage, y el passo el Convento de Alcacer De Sal, a Palmela, y fue, a los veyte y Seis del mês de Outubro, ano de Mil y quatrocientos e Ouchenta y dós, y esta noche si dixeron las primeras Matines en la Iglesia(...)*”. In SILVA, José Custódio Vieira da – Igreja de Santiago do Castelo de Palmela. *A Ordem de Santiago: história e arte*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 1990. P.171.

distribuídos obliquamente, conferindo profundidade à entrada. Na base dos colunelos, salienta-se a colocação de uma vieira, símbolo da ordem. Numa época posterior, durante o mestrado de D. Jorge foram levadas a cabo obras na igreja. Remontam a este período, os merlões e a torre sineira.

A estruturação do interior foi feita através da elevação de três naves, sendo a central mais larga e encimada por uma abóbada de berço quebrado, divididas por cinco tramos. Salienta-se a igualdade na altura das três naves, que pode indiciar a introdução, em Portugal, das igrejas-salão, afastando-se, porém, desta concepção pela divisão estabelecida pelas colunas, que dividem as naves. A iluminação da nave central é feita através do grande óculo, sobre o portal. A ligação com a capela -mor é estabelecida através de um arco toral, semelhante ao que foi utilizado nas naves, e a sua divisão é feita em três tramos.

De acordo com José Custódio Vieira da Silva⁶⁸, a construção reflete influências do tardo-gótico português, congregando em si elementos arcaicos e modernos. A robustez da fachada e pouca iluminação são característicos do período românico, enquanto que a amplitude do espaço e a simplificação decorativa remetem para o período gótico.

A igreja de Santiago incorpora as características fundamentais na arquitetura dos espaços pertencentes à Ordem de Santiago de Espada, onde a funcionalidade se sobrepunha a decorações excessivas.

68 SILVA, José Custódio Vieira da – Igreja de Santiago do Castelo de Palmela in História de Palmela ou Palmela na História. Palmela: Câmara Municip alde Palmela, 1987. P.153-167.

O mestrado de D. Jorge

D. Jorge nasceu no ano de 1481, em Abrantes, fruto da relação ilegítima entre D. João II e D. Ana de Mendonça.

A educação de D. Jorge foi confiada à princesa D. Joana, até à morte desta, tendo posteriormente sido integrado na corte. O rei D. João II tentou por todas as vias legitimar D. Jorge, depois da morte do filho legítimo D. Afonso. Contudo, esta pretensão foi rejeitada pelo Papa e pela Rainha D. Leonor.

Ao ser confrontado com esta oposição, o rei estabeleceu algumas condições: após a sua morte, D. Jorge deveria ser detentor do “(...) ducado de Coimbra, Buarcos, Aveiro, as vilas de Montemor – o – Velho, Penela, Vila Nova de Anços, os lugares de Pereira, Abiul, Condeixa, Tentúgal, Segadães, Recardães, Lousã, Casal de Álvaro e Ílhavo, os reguengos de Campones, Rabaçal e Anobra, bem como outras terras e lugares, para além de ter recomendado a D. Manuel que o provesse no mestrado de Cristo e, caso tivesse filhas, o casasse com a mais velha.”⁶⁹. As condições estipuladas no testamento do rei, acresciam à nomeação feita em vida, pelo rei, de mestre das ordens de Santiago e de Avis.

A nomeação para o mestrado das ordens realizou-se em Santarém, durante a realização do Capítulo Geral da ordem, no ano de 1492.

A ação de D. Jorge, durante o seu mestrado, focou-se na realização de reformas dos *Estatutos e Regras*, bem como no estabelecimento de visitasões.

As visitasões consistiam em inspeções que se deveriam realizar todos os anos⁷⁰, com a finalidade de averiguar o estado de conservação dos bens da ordem, e, concomitantemente, avaliar se os Estatutos e Regras eram cumpridos pelos responsáveis das comendas. Deste modo, pretendia exercer-se um controlo mais restrito sobre os bens da ordem, evitando a sua degradação ou alienação.

⁶⁹ ANTUNES, Luis Pequito – “D. Jorge, Cavaleiro e Mestre da Ordem de Santiago”, in *A Ordem de Santiago: história e arte*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 1990. P. 69

⁷⁰ LAGO, Isabel – “Visitações, Itinerários de D. Jorge”, in *Op. Cit.* P.191

O período relativo ao mestrado de D. Jorge é associado a um dos momentos áureos do poderio da ordem militar, que se destaca pela quantidade de encomendas artísticas feitas, que pela sua qualidade chegaram até aos de hoje. A proximidade entre o rei e o mestre da ordem, de então, poderão explicar o bom momento que a ordem viveu, e conseqüentemente, o aumento do seu património.

A figura deste mestre é evocada em Setúbal pela existência na vila do Paço de D. Jorge, hoje totalmente desaparecido, todavia, a ação do mestre ficou associada ao último período de autonomia da ordem, antes de integrar os domínios da coroa. Junto à Igreja de Santiago, no castelo de Palmela, também há várias menções à existência de um Paço do Senhor D. Jorge, no entanto terá sido destruído aquando da intervenção da DGEMN, no século XX, pelo seu avançado estado de degradação.

O mestre faleceu em 1550, e foi sepultado na Igreja de Santiago, no Castelo de Palmela.

12. Setúbal

Setúbal localiza-se a cerca de 100km, a sul da cidade de Lisboa, na margem norte do rio Sado. Dada a sua proximidade à foz do rio, o seu desenvolvimento foi semelhante ao de Alcácer do Sal; todavia, o seu crescimento foi mais lento e a sua área de influência de menores dimensões.

As condições naturais de defesa de Setúbal, protegida pela Serra da Arrábida e a sua proximidade à foz do Sado, bem como a abundância em recursos associados ao mar, contribuíram para a ocupação da área durante a pré-história.

A ocupação da cidade remonta à Idade do Ferro (Séc. VII a.C. – I a. C.), e de acordo com os vestígios encontrados durante escavações que decorrem na década de 50 do século passado⁷¹. A zona foi utilizada como entreposto comercial, em permanente contacto com o Mediterrâneo, o que iniciou o desenvolvimento setubalense.

O período seguinte, da ocupação romana, foi uma continuação do crescimento iniciado pelo contacto com o mediterrâneo. A cidade romana, localizada na península fronteira de Troia, estava dividida em duas zonas: uma residencial e outra industrial. Os vestígios demonstram que no século I d. C. a salga de peixe era uma das atividades

⁷¹ SILVA, Carlos – Arqueologia de Setúbal, in *Setúbal na História*. Setúbal: Edições Lasa, 1990. P.110

predominantes, tendo sido descobertos tanques associados à salga, bem como olaria própria para o transporte de garum. O comércio foi sempre uma atividade predominante em qualquer cidade romana, essencial à evolução económica da mesma.

Relativamente aos séculos que antecedem o domínio muçulmano (VI/VII), a instabilidade política vivida, com o início das invasões germânicas, contribuiu para a decadência e contração da área. As fontes relativas ao período islâmico são vagas, estando esta zona sobre a forte influência de outras localidades como Alcácer do Sal, Santiago do Cacém e Palmela.

Com o avanço da Reconquista e estabelecimento definitivo da fronteira com o domínio mouro mais a sul, as condições são propícias ao estabelecimento da população próxima da margem do Sado. Setúbal afirma-se através da concessão de foral, no ano de 1249, por D. Paio Peres Correia – comendador da ordem de Santiago, que detinha a jurisdição da vila⁷².

O domínio que os santiaguistas detinham levantou várias quezílias, particularmente no século XIV, quando a ordem detinha o poder sobre a produção de sal, pescado e impostos. Este papel “dominador” da ordem, contribuiu para o afastamento parcial da antiga vila piscatória, por ser um obstáculo ao seu crescimento e afirmação, enaquanto cidade mercantil.

Durante o mestrado de D. Garcia Peres, em 1343, o rei D. Afonso IV ordenou, através de uma carta, a construção de muralhas, para delimitação da vila, com a finalidade de conseguir um controlo mais efetivo sobre os rendimentos, mas também de proteção da vila.

No século XV, Setúbal desenvolve-se em sintonia com o novo período auspicioso das explorações marítimas. Os rendimentos que a ordem de Santiago obtinha através do controlo da produção e dos impostos aplicados á entrada no porto de Setúbal, permitiram que a vila contribuisse para a empresa dos Descobrimentos com um valor superior ao de outras cidades.

⁷² SILVA, José Custódio Vieira da – *Setúbal*. Lisboa: Editorial Presença, 1990. P.12

No mesmo período, instalam-se na vila os primeiros conventos franciscanos, e anos mais tarde, o rei – D. João II – escolhe a cidade para experiências relacionadas com a introdução de bombardas, permitindo o desenvolvimento de técnicas de defesa ativa, nas caravelas utilizadas durante as expedições marítimas. Durante o mesmo reinado, D. João II dota a cidade de algumas infraestruturas vitais para a população, nomeadamente com a construção de um aqueduto, que passou a permitir o transporte de água até à cidade. Esta política de desenvolvimento prolongou -se durante o reinado de D. Manuel I e D. João III, com a construção de vários edifícios, como a Casa da Câmara, o Paço do Trigo, a Cadeia, o Açougue e a Praça do Sapal. O grande desenvolvimento de Setúbal provoca a necessidade de ampliação das igrejas de Santa Maria e São Julião, dada a grande quantidade de população que acedia aos serviços religiosos.

No reinado de D. João III é reconhecida a importância da cidade, sendo-lhe atribuído o título de “notável villa”.

Este período de grande desenvolvimento e crescimento continua durante o século XVI e século seguinte, havendo necessidade de criar mais freguesias; entretanto, outras ordens conventuais escolhem a cidade para fundar novos conventos.

Durante o período da Restauração, é mandada edificar uma nova cerca, capaz de rodear o novo perímetro da cidade. A cidade floresce, e é escolhida em detrimento de outras, nomeadamente Palmela. A atividade ligada à exploração de sal mantém a economia sadina ativa, continuando a contribuir para o aumento do rendimento da Ordem de Santiago, que tentara instalar-se na cidade, por um período curto período de tempo, a pretexto das obras que se deveriam realizar na sede da cabeça de ordem.

A continuidade do crescimento da vila foi interrompida pelo grande terramoto de 1755, que destruiu grande parte da cidade, com destaque para a zona ribeira mais próxima do rio Sado. Pouca relevância foi dada à reconstrução da cidade, e só no século XIX, já após o final da guerra civil, se iniciou uma fase de ascensão económica e desenvolvimento. O impulso foi proveniente das novas políticas de Fontes Pereira de Melo, que permitiram a manutenção da produção agrícola, nomeadamente da exploração vinícola, e da contribuição do seu porto para o desenvolvimento interno do país. Em 1860, o reconhecimento da sua importância culminou com a elevação da vila a cidade.

A chegada dos caminhos-de-ferro obriga a alterações na topografia da cidade, mas contribui para a chegada das primeiras indústrias associadas às conservas, que prolonga a prosperidade da cidade até meados do século XX. Nas primeiras décadas mantém-se o ritmo de crescimento, atraindo mais população para trabalhar nas novas indústrias, que se instalam, é o caso da indústria automóvel. Contudo, a chegada de mão-de-obra obriga à construção de novas áreas habitacionais, de um modo pouco estruturado, o que conduz à criação de novas freguesias.

Nos dias que correm, Setúbal é uma cidade periférica, que dada a sua proximidade de Lisboa é relegada para um segundo plano, destacando-se no entanto, como um importante centro industrial do país.

13. Iconografia Jacobita

As representações do apóstolo Santiago multiplicam-se, assumindo o Santo diferentes tipologias, que se caracterizam pela atribuição de particularidades, difundidas por toda a Europa, permitindo a identificação de Santiago e o crescimento da sua devoção.

Santiago aparece mencionado na Bíblia como sendo o filho de Zebedeu e Maria Salomé, e irmão de S. João Evangelista. No momento em que Cristo os chama, estavam a pescar.

O início do culto a Santiago dá-se após ter sido martirizado, conforme descrito no Acto dos Apóstolos, e após a notícia da sua pregação pela Hispânia. A descoberta do túmulo, no século IX, reforça a difusão do culto, por vários países da Europa. As representações iniciais estão associadas ao estabelecimento da sede compostelana, onde o santo é representado entronizado ou coroado. Outras, demonstram o momento em que a Sede de Santiago de Compostela é legitimada, através da imagem de Cristo a enviar Santiago sobre o seu túmulo de pedra para pregar na Hispânia. No entanto, esta iconografia não se encontra presente na Península Ibérica, podendo ser encontrada em França. No território ibérico, a narrativa centra-se na chegada dos restos mortais do santo, na barca/ túmulo em pedra.

Após a fundação da sede na Galiza, na Alemanha são criadas as primeiras Irmandades Jacobitas, responsáveis pela organização de peregrinações até ao túmulo em

Compostela. Algumas representações, demonstram o momento em que os báculos e escarcelas dos peregrinos eram abençoados, conferindo o estatuto de peregrino.

A indumentária utilizada por quem se deslocava até à Galiza, começou por se fixar, de forma a permitir a identificação dos peregrinos, não só através do báculo e escarcela, mas também da utilização de um casaco largo, para permitir os movimentos, uma capa curta e grossa, para proteger do frio e água, um chapéu de feltro com abas largas⁷³. Esta indumentária fixa permitia ainda o acesso à rede desenvolvida para apoio aos peregrinos, como hospitais e hospedarias.

Além destas vestes, o peregrino transportava ainda uma cabaça, para transportar líquidos, um bordão para se proteger ou apoiar e, por último, uma vieira.

A concha de vieira tornou-se o principal atributo dos peregrinos e do próprio Santiago, enquanto representado como tal. A simbologia que lhe é inerente, está associada a diversas teorias, uma das quais, refere a utilização da concha da vieira como proteção contra o mau-olhado. Outra explicação encontrada, está associada a uma outra peregrinação: quando os peregrinos se dirigiam a Jerusalém transportavam uma folha de palma, que representava o triunfo, enquanto a vieira, tornou-se o símbolo no caminho de regresso de Santiago de Compostela, e estaria associada à prática de obras boas.

Uma última explicação sobre a vieira está relacionada com um milagre, onde um príncipe caiu a um rio, enquanto montava e, por milagre, no momento em que passava o tumulto de Santiago numa barca, o príncipe foi salvo e retirado da água, no entanto saiu coberto de vieiras.

Além da representação como peregrino, outro tema tratado é relativo a momentos da vida do Santo, nomeadamente o momento do seu martírio, quando é decapitado com uma espada e por várias vezes, são representados os seus milagres.

A figura de Santiago é também representada numa outra vertente, a militar, apresentando-se como um cavaleiro.

⁷³ SANTOS, Rosa Vásquez – Introdução à Iconografia Jacobea, in *No Caminho sob as Estrelas – Santiago e a Peregrinação a Compostela*. Santiago do Cacém: Câmara Municipal de Santiago do Cacém e Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, 2012.P.62

É durante o século XII, que a representação de Santiago Cavaleiro ganha relevo, militarizando-se o nos séculos XIII e XIV. A difusão desta iconografia está associada ao contexto histórico vivido na Península Ibérica, sendo uma tipologia iconográfica bastante concreta desta região. Porém, é mais tarde utilizada, com o mesmo fim protetor e motivador noutros países europeus.

A origem de Santiago Cavaleiro relaciona-se com a *História Silense*, de 1115, que consiste numa recolha de crónicas, uma das quais dedicada ao momento da tomada de Coimbra. A crónica relata o momento em que Fernando I foi até Santiago pedir intervenção divina, na batalha que iria empreender no dia seguinte, pela tomada de Coimbra. Entretanto, um peregrino que estava por perto ouviu o pedido. Nessa mesma noite, enquanto o peregrino continuava a orar na igreja, esta iluminou -se e apareceu o Santo num cavalo branco com as chaves da cidade de Coimbra. No dia seguinte, o peregrino confirmou através de um mensageiro, que a cidade fora tomada.

Na primeira fase em que o Santiago é representado, este não participava na luta, intervinha somente como força protetora das tropas. Numa segunda fase, nos séculos seguintes, a figura do santo desenvolvendo-se, revestindo-se de uma vertente mais ativa no campo de batalha.

Uma outra narrativa justifica esta vertente militar de Santiago, através da sua intervenção na batalha de Clavijo. Na noite anterior à batalha, Santiago apareceu no sonho do monarca que ia empreender a luta contra os mouros, Ramiro, no qual referia que Espanha estava sob a sua proteção e que acompanharia as tropas no campo de batalha. No dia seguinte, o santo apareceu e protegeu as tropas contra o inimigo.

A batalha de Clavijo torna-se na inspiração para a representação de Santiago Mata-Mouros, que se generaliza nos séculos seguintes, ficando associada esta iconografia a representações políticas.

Santiago Cavaleiro foi aclamado como protetor de Espanha, e está diretamente associada à fundação da Ordem Militar de Santiago. A iconografia da ordem utiliza muitas vezes a representação de Santiago Mata-Mouros, não só em retábulos, mas

também como decoração de documentos. O símbolo da ordem consistiu na aglutinação da cruz – símbolo cristão – com a espada, utilizada no martírio de Santiago.⁷⁴

Em alguns dos edifícios sob a tutela da ordem, é também utilizada a vieira, em local de destaque, nomeadamente sobre as entradas principais, podendo ser interpretada como identificação dos proprietários do local ou como proteção.

O controlo da ordem sobre um grande número de edifícios militares e religiosos é demonstrativo da importância dos espatários, no sul do território português. Embora não seja possível falar-se da imposição de um programa iconográfico, que permitisse a homogeneização do aspeto de todas as estruturas sob o seu domínio, podem destacar-se obras de qualidade do espólio artístico que pertenceu à ordem de Santiago de Espada.

Durante o mestrado de D. Jorge, a ordem viveu um dos períodos mais relevantes no que à manutenção e enriquecimento do seu património dizem respeito. Assim, salientam-se algumas obras submetidas ao tema de Santiago.

Atualmente no Museu Nacional de Arte Antiga, encontra-se parte do retábulo de Santiago, que se pensa ter pertencido à Igreja de Santiago⁷⁵. As tábuas terão sido encomendadas por D. Jorge ao Mestre da Lourinhã, que fez outros trabalhos para igrejas espatárias.

O retábulo assume uma importância particular no contexto da pintura portuguesa do século XVI, por se situar no período de transição entre a influência flamenga para os modelos italianos.

Segundo um esquema proposto por Dagoberto Markl⁷⁶, o *Retábulo da Vida e da Ordem de Santiago* estava disposto, no altar-mor da Igreja de Santiago, em três fileiras

⁷⁴ Herodes Agripa I manda prender Santiago, quando este estava em Jerusalém, e executá-lo com uma espada. É o primeiro santo cujo sangue é derramado em defesa da fé cristã (GIL, Carlos, RODRIGUES, João – *Por caminhos de Santiago: itinerários portugueses para Compostela*. Lisboa: Guias D. Quixote, 1997).

⁷⁵ Dagoberto Markl esclarece a proveniência do retábulo da Igreja de Santiago, após ter sido encontrado **um documento, datado de 1823, com a indicação da existência de 12 tábuas relativas à vida e ordem de Santiago. Hoje em dia, só restam 8 tábuas.** CAETANO, Joaquim – *A Ordem de Santiago e a Arte*. In *A Ordem de Santiago: História e Arte*. Setúbal: Corlito, 1990. P.82

⁷⁶ *Ob. Cit.* P.157

horizontais, ocupada por quatro tábuas em cada uma. A leitura deveria ser feita do canto superior esquerdo para a direita. Relativamente à organização iconográfica dos temas, cada fileira corresponderia a um momento da vida do Santo.

Assim, a primeira fileira seria composta por passagens da vida e do martírio: a primeira tábua retrata o momento em que “Jesus envia Santiago e S. João em missão apostólica”, seguido da “Pregação de Santiago”, “Conversão de Hermógenes” e o “Martírio de Santiago”(tábua desaparecida). A fileira intermédia diria respeito à vida gloriosa de Santiago, constando em primeiro lugar, à esquerda, a “Trasladação do corpo de Santiago da Judeia para a Espanha (desaparecida), “Condução do corpo de Santiago para o palácio da Rainha Loba”, “Conversão e batismo da rainha”(também desaparecido) e “Santiago combatendo os Mouros”. Na terceira e última fileira, estariam representações relativas à Ordem e Mestres: a primeira tábua teria “ A investidura de D. Pedro Fernandes”, “Entrega da bandeira da Ordem ao Mestre D.Pedro Fernandes”, “O Mestre D. Paio Peres Correia invocando a Virgem em Tentúrdria” e sobre o tema da última tábua nada se sabe.

Ao centro do altar, e a dividir verticalmente em seis tábuas de cada um dos lados, estaria um Sacrário, uma estátua com Santiago Peregrino, ao centro, e por último um baldaquino.

Sobre o artista que teria sido responsável pela execução das obras, sabe-se que terão sido produzidas pelo Mestre da Lourinhã.

Procede-se a uma descrição sumária dos painéis existentes.



Jesus envia Santiago e S. João em missão apostólica

Século XVI [c.1520-25]

A.127 x L.83,5 cm

Mestre da Lourinhã (atrib.) / Portuguesa

Óleo sobre madeira de carvalho

A representação do envio de Santiago e S. João em missão, divide-se em dois, do lado esquerdo os dois santos, cada um com um bordão, e do lado direito a figura de Cristo, também com bordão. Os dois santos atentam nas palavras de Cristo, que lhes dirige o braço direito. Por trás da cena principal, destaca-se uma paisagem, composta

por elementos da natureza, devendo salientar-se o realismo com que as árvores são tratadas.



Pregação de Santiago

Século XVI [c.1520-1525]

A.127 x L.83,5 cm

Mestre da Lourinhã (atrib.) / Portuguesa

Óleo sobre madeira de carvalho

A tábua seguinte refere-se à “Pregação de Santiago”, cuja imagem se encontra num plano de destaque, num nível superior do plano, ao centro, rodeado no plano inferior por personagens de diferentes hierarquias sociais, à esquerda membros do clero e à direita a um nobre, ricamente vestido, e por trás, o membros do povo. Todos prestam

atenção às suas palavras. Como pano de fundo, novamente uma paisagem, destacando-se além da representação da natureza, uma outra figura humana, de menores proporções, que se aproxima do local da pregação.



A Conversão de Hermógenes

Século XVI [1520-1525]

A.128 x L.84 cm

Mestre da Lourinhã (atrib.) / Portuguesa

Óleo sobre madeira de carvalho

“A Conversão de Hermógenes” é enquadrada por uma paisagem mais decadente, relativamente à das duas representações anteriores, onde a natureza parece estar morta. No plano dianteiro, a representação divide-se em dois: do lado esquerdo o mago

Hermógenes abdica dos seus livros, rodeado por criaturas maléficas, estando uma delas a oferecer-lhe um livro; à direita, a figura de Santiago peregrino, com o bastão e o chapéu de abas largas, que abençoa a cena.



Trasladação do corpo de Santiago para o palácio da Rainha Loba

Século XVI [c. 1520-1525]

A. 128 x L. 84 cm

Mestre da Lourinhã (atrib.) / Portuguesa

Óleo sobre madeira de carvalho

A tábua referente à “Trasladação do corpo de Santiago para o palácio da Rainha Loba”, refere-se ao momento em que o tumulo do Santo chega da Palestina à Galiza, a um território dominado por uma rainha perseguidora de cristãos. Esta só acede ao pedido de sepultar o santo nas suas terras, se for transportado por dois touros bravos. Os touros miraculosamente, tornam-se mansos. A composição divide-se em três momentos, no canto esquerdo, num plano secundário, avista-se a chegada do barco. No plano central, dianteiro, o destaque vai para a carroça, com o corpo do santo, puxada por dois touros, dos quais só se vê a parte posterior. E o terceiro momento, no plano superior direito, onde está o palácio da rainha, para onde se dirige a carroça.



Santiago combatendo os Mouros

Século XVI [c. 1520-1525]

A.129 x L.83,5 cm

Mestre da Lourinhã / Portuguesa

Óleo sobre madeira de carvalho

Na representação seguinte apresenta-se “Santiago combatendo os Mouros”, na batalha de Clavijo. O Santo domina a cena, ao centro, apresentando-se a galope, no seu cavalo branco, brandindo a sua espada ao alto. Sob o cavalo jazem cavaleiros mouros. Num plano secundário, à direita, as tropas cristãs avançam, acontecendo o mesmo do lado esquerdo, onde se encontram as tropas mouros. O pormenor com que a cena é retratada deve ser salientado, nomeadamente na representação da indumentária do Santo, com a cruz da Ordem Militar ao peito, bem como a indumentária e armamento dos guerreiros mouros.



Investidura do 1º Mestre de Santiago, D. Pedro Fernandes

Século XVI [1520-1525]

A.129 x L.83 cm

Mestre da Lourinhã (atrib.) / Portuguesa

Óleo sobre madeira de carvalho

A composição relativa à “Investidura de Pedro Fernandes” refere-se ao momento da nomeação do primeiro Mestre da Ordem de Santiago de Espada, que teve lugar em Roma, em 1175. À cerimónia presidiu o papa Alexandre III, figura que se destaca no lado direito a abençoar o momento em que outro Clérigo atribui o Hábito da ordem ao mestre. Do lado esquerdo, outros membros da ordem presidem à cerimónia. O enquadramento da cerimónia é feito através da representação do local onde esta se passou, destacando-se os pormenores arquitetónicos, como é o caso das colunas do lado esquerdo, representadas com motivos vegetalistas clássicos.



Entrega da bandeira da Ordem ao Mestre D.Pedro Fernandes

Século XVI [c. 1520-1525]

A. 129 x L. 83 cm

Desconhecido (atrib. Mestre da Lourinhã) / Portuguesa

Óleo sobre madeira de carvalho

A representação seguinte, é uma continuação do momento anterior, verificando-se uma tentativa de representação das mesmas personagens que na cerimónia anterior. O papa entrega a bandeira da Ordem Militar de Santiago de Espada ao mestre. Do lado direito, outras figuras assistem ao momento.



Aparição da Virgem ao Mestre da Ordem de Santiago D. Paio Peres Correia na batalha de Tentúdia

Século XVI [c. 1520-1525]

A. 129 x L. 83 cm

Mestre da Lourinhã (atrib.) / Portuguesa

Óleo sobre madeira de carvalho

Por último, o painel referente ao “Mestre D. Paio Fernandes orando à Virgem na batalha de Tentúdia”, no plano anterior, de cada um dos lados tropas cristãs e mouras

estão prestes a debaterem-se, enquanto no plano dianteiro, o mestre D. Paio Peres Correia ajoelhado a rezar à imagem da Virgem, que aparece no céu. Deverá assinalar-se a similitude, entre a fisionomia do mestre com a da representação de Santiago, na Batalha de Clavijo.

O conjunto de painéis escolhidos, destaca-se no panorama da pintura portuguesa do século XVI, pela sua qualidade e tratamento iconográfico, no que aos santiaguistas diz respeito, mas também por ser um ótimo exemplo da qualidade do património que pertenceu a esta ordem,

As tábuas descritas encontram-se hoje no Museu Nacional de Arte Antiga, juntamente com outras obras, permitindo traçar a vida de Santiago, nas suas diferentes iconografias.

14. Conclusão

O tema abordado no trabalho permitiu a compreensão do crescimento e ação da ordem militar de Santiago de Espada, no território a sul do Tejo. O estudo abordou a vertente militar e iconográfica da ordem, no sentido em que a análise desenvolvida incidiu sobre as estruturas militares onde esteve instalada a sede, procurando-se analisar a iconografia adjacente a estas estruturas e à ordem.

A ordem espatária destacou-se pelo seu apoio à coroa portuguesa, na conclusão do processo de reconquista, e conseqüentemente tornar-se-ia detentora de grandes zonas, concentradas na sua maioria no Baixo Alentejo. O seu estabelecimento nas diferentes vilas, concretizou-se através da apropriação dos espaços utilizados pelo antigo poder mouro, e na reconversão dos mesmos e adaptação às necessidades espatárias.

A maioria das estruturas militares sob o domínio da ordem, foram construídas durante o ultimo período da ocupação islâmica, tendo os avançados conhecimentos militares desta outra cultura contribuído para o sucesso da ação da ordem, no processo de reconquista.

No que aos vestígios da ordem diz respeito, a sua iconografia mantém-se pelos sítios ocupados, não só simbolicamente, mas também pela toponímia de alguns locais.

No que às antigas estruturas religiosas, situadas no interior dos recintos amuralhados, a sua ação foi semelhante, através da reconversão de antigos espaços religioso mouros, em templos cristãos. O finalizar da reconquista, e o período de reformulação da ação da ordem, granjeou-lhe novos incentivos económicos, que permitiram a manutenção de um vasto património. O início das visitas no século XV permitiu a conservação de grande parte do espólio da ordem, tendo alguns exemplos chegado até aos dias de hoje.

Assim, através da análise da toponímia, dos vestígios arqueológicos e ainda das obras artísticas existentes, é possível avaliar a importância e poderio económico que a Ordem Militar de Santiago de Espada deteve no território português.

Bibliografia

A.A.V.V. – *A Ordem de Santiago: História e Arte*. Setúbal: Corlito,1990.

A.A.V.V. – *Memórias árabo-islâmicas em Portugal*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa:S.E.,1997

A.A.V.V. – *Mértola Mesquita/Igreja Matriz*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2002

A.A.V.V. – *Mértola nas rotas comerciais do Mediterrâneo: de cidade portuária a vila museu (Itinerário Cultural)*. Mértola: Câmara Municipal de Mértola,2010

A.A.V.V – *No caminho sob as estrelas: Santiago e a Peregrinação a Compostela*. Santiago do Cacém: Câmara Municipal de Santiago do Cacém. 2012

ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal, vol. I*. Porto: Editora Portucalense, 1967

ALVES, Cristina Paula Vinagre - *A propriedade da Ordem de Santiago em Palmela: As Ordens Militares em Portugal - Actas do I Encontro Sobre Ordens Militares*. Colec. Estudos Locais. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 1991

As Ordens Militares em Portugal. I Encontro sobre Ordens Militares: actas. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 1991

BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.) - *Nova História Militar de Portugal. Vol. I*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2003-2004

BARBOSA, Isabel Maria de Carvalho Lago (dir. Luís Adão da Fonseca) – *A Ordem de Santiago em Portugal in Militarium Ordinum Analecta n°2*. Porto: Fund. Eng. António de Almeida, 1998

BARROS, Maria de Fátima Rombouts de, BOIÇA, Joaquim, GABRIEL, Celeste – *As comendas de Mértola e Alcaria Ruiva: as visitas e os Tombos da Ordem de Santiago: 1482-1607*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 1996

BOIÇA, Joaquim – *Topografia Histórica de Mértola. As ocupações funcionais do terreno junto à Porta da Ribeira, da época medieval à contemporânea*: Capela de

Santiago – Igreja da Misericórdia –Espaço Museológico in *Arqueologia Medieval*. SL: Edições Afrontamento,1993.

CORREIRA, Vergílio – Alcácer do Sal: Esboço de uma monografia, *Monumentos e Esculturas, SÉC. III – XVI*. In “Biblos”,n6, Obras 4

DUBY, George - *O Ano Mil*. Lisboa: Edições 70, 1967

D’HAUCOURT, Geneviève - *A vida na Idade Média*. Paris: Presse Universitair de France, 1944

FERNANDES, Maria Cristina Ribeiro de Sousa – *A Ordem Militar de Santiago no século XIV*. Porto, 2002. Dissertação de Mestrado.

FONSECA, Luís Adão (Dir.) – As Ordens Militares no reinado de D. João I in *Militarium Ordinum Analecta*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1997

FONSECA, Luís Adão (Dir.) - *Comendas das Ordens Militares na Idade-Média* in Actas do Seminário Internacional Porto:CEPESE, 2008

GIL, Carlos, RODRIGUES, João – *Por caminhos de Santiago: itinerários portugueses para Compostela*. Lisboa: Guias D. Quixote,1997

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa, Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada.

PEREIRA, Paulo – *Arte Portuguesa: História Essencial*. Porto: Circulo de Leitores –Temas e Debates,2011.

PIMENTA, Maria Cristina Gomes – As Ordens de Avis e Santiago na Baixa Idade Média: o governo de D. Jorge in *Militarium Ordinum Analecta*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2001

MARQUES, A.H. de Oliveira – O Norte Cristão in *História de Portugal*, Vol. I. Lisboa: Palas Editores, 1978

MATA, Joel Silva Ferreira – Alguns aspectos da Ordem de Santiago no tempo de D. Dinis in *As Ordens Militares em Portugal* , Actas do Iº Encontro sobre Ordens Militares. Palmela: Estudos Locais, 1991

MATTOSO, José - Reconquista in *Dicionário de História de Portugal*, (dir. Joel Serrão). Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975

MENDONÇA, Manuela – As Ordens de Cristo e Santiago nos primórdios da Expansão Portuguesa (séculos XIV-XV), in *Amar, Sentir e Viver a História – Estudos de Homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*. Lisboa: Ed. Colibri, 1995

MORENO, Humberto Baquero - As ordens militares na sociedade portuguesa do século XV – O mestrado de Santiago, in *Revista da Faculdade de Letras*. SE,SA (<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2076.pdf>)

PIMENTA, Maria Cristina Gomes – As Ordens de Avis e Santiago na Baixa Idade Média: o governo de D. Jorge in *Militarium Ordinum Analecta*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2001

ROMÁN, Fr. Jerónimo – História das Ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis in *Militarium Ordinum Analecta*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2008

SARAIVA, José Hermano – *História de Portugal: das origens a 1245*, Vol. I. Publicações Alfa, 1983

SILVA, Carlos – Arqueologia de Setúbal, in *Setúbal na História*. Setúbel: Edições Lasa, 1990. P.110

SILVA, José Custódio Vieira da – *Setúbal*. Lisboa: Editorial Presença, 1990

SILVA, José Custódio Vieira da – O Fascínio do Fim: viagens pelo final da Idade Média. Lisboa: Livros Horizonte, 1997

VILAR, Hermínia Vasconcelos – Os freires militares e hospitalários in *História Religiosa de Portugal*, vol. 1. Lisboa: Actividades Editoriais, 2004. Pág. 234